



Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2004 e 2003



Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2004 e 2003

Conteúdo

Relatório da administração	3 - 22
Parecer dos auditores independentes	23 - 24
Balanços patrimoniais	25
Demonstrações de resultados	26
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	27
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	28
Notas explicativas às demonstrações contábeis	29 - 79

Relatório da administração

Cidadãos brasileiros,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativos ao exercício de 2004, nos termos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

1. Introdução

Neste exercício de 2004, marcado pela retomada do crescimento econômico do País e pela ampliação do contingente de cidadãos assistidos pelas políticas públicas, o conjunto dos desempenhos econômico-financeiro e operacional da CAIXA ora apresentado, em que se destacam os aspectos adiante enumerados, evidenciam a importância desta instituição para a sociedade brasileira:

- Ampliação da oferta de crédito e consolidação do microcrédito, por meio da conta CAIXA Aqui e do Micropenhor;
- Melhoria e ampliação do atendimento aos beneficiários dos Programas sociais do Governo, especialmente, o Bolsa-Família;
- Crescente volume de recursos destinados ao Governo Federal, como contribuição para o financiamento dos gastos públicos, em especial os de natureza social;
- Reconhecidas responsabilidades sociais e na gestão de ativos de terceiros, por meio de certificações e premiações recebidas no período.

2. Desempenho econômico-financeiro

O lucro líquido de R\$ 1,4 bilhão apurado proporcionou rentabilidade do Patrimônio Líquido Final da ordem de 21,31%. O PL - Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2004, equivale a 20,27% dos ativos ponderados segundo o risco e as imobilizações, em relação ao PL, representam 35,23%. Esse desempenho propiciou a destinação à União de R\$ 524,8 milhões a título de dividendos e juros sobre capital próprio, além dos R\$ 1,9 bilhão com tributos e encargos sociais.

3. Administração de recursos de terceiros

A CAIXA encerrou o período tendo sob sua responsabilidade 75 fundos de investimento, sendo 53 de renda fixa, 12 de renda variável, 6 sociais, 4 previdenciários, além de 17 carteiras administradas. O patrimônio líquido administrado apresentou crescimento de 16,35%, passando de R\$ 82,16 bilhões em dezembro de 2003 para R\$ 95,59 bilhões em dezembro de 2004.

No *ranking* dos administradores de fundos de investimento da ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento, registrou crescimento de 24,54%, acima, portanto, dos 19% registrados pela indústria de fundos, passando da 5ª para a 4ª posição e ampliando a sua participação no mercado de 4,82% para 5,04%.

A empresa *Austin Rating* atribuiu “AA” à gestão de fundos de investimento, representando “Qualidade de gestão muito boa - Gestores de recursos muito bem qualificados. Apresentam fatores de proteção e segurança de alta qualidade. A correlação com oscilações do ambiente econômico é muito baixa”.

4. Operações com títulos e valores mobiliários

A Administração reitera sua intenção de manter até o vencimento, os títulos da carteira CAIXA classificados na categoria III, conforme estabelece o Art. 8º da Circular BACEN nº 3.068/2001.

Operações de mercado de capitais

Em mais uma operação estruturada para estímulo à indústria da construção civil e apoio ao desenvolvimento do mercado de papéis de base imobiliária, foi lançado, em 21 de junho de 2004, o Fundo de Investimento Imobiliário Torre Almirante, que comercializou, até o final do exercício, o montante de R\$ 72,94 milhões, equivalente a 70% do volume total previsto. Trata-se do segundo fundo imobiliário lançado pela empresa, composto por 104.700 cotas com valor unitário de R\$ 1,0 mil, totalizando R\$ 104,7 milhões.

No mercado secundário de Cotas do Fundo de Investimento Imobiliário Almirante Barroso, lançado no ano anterior, com operações transacionadas no ambiente SOMA/BOVESPA, foi responsável por 96% do volume total operado, seja por meio de ordens de clientes ou próprias, contribuindo, assim, para a formação do preço do ativo.

Contribuição expressiva para a expansão da oferta de crédito deu-se por meio da operação de aquisição em mercado de carteira de crédito consignado com desconto em folha de pagamento de aposentados e pensionistas do INSS. O montante total da operação foi de cerca de R\$ 300 milhões, proporcionando a elevação da carteira em 14%.

Credenciamentos perante o BACEN e BM&F

A CAIXA é *dealer* primário (grupo de até 10 instituições autorizadas a operar diretamente com a mesa do BACEN) desde março/02 e *dealer* especialista (grupo de até 12 instituições autorizadas a negociarem no mercado secundário dos Títulos Públicos Federais) desde julho de 2003. Neste exercício, foi credenciada junto à Câmara de Ativos da BM&F, como banco liquidante.

5. Desenvolvimento urbano e habitação social

No âmbito deste negócio fundamental, ampliou-se no exercício o relacionamento institucional com os Ministérios e órgãos governamentais, de modo a qualificar e viabilizar a execução das políticas públicas integradas com ênfase na inclusão social, redução das desigualdades regionais, democratização de gestão e redução do *déficit* habitacional. As contratações efetivadas beneficiarão cerca de 10% da população brasileira

Programas de habitação de interesse social

Foram efetivadas contratações, no decorrer de 2004, no valor de R\$ 5,4 bilhões, sendo R\$ 4,9 bilhões nas linhas de financiamento disponíveis e R\$ 566 milhões por conta dos repasses realizados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Essas contratações viabilizarão a produção de 340 mil unidades habitacionais, beneficiando 1,4 milhão de cidadãos com moradia própria e proporcionando a geração 521 mil empregos.

Atenção especial foi dedicada à população com renda de até 5 salários mínimos, faixa em que se situa a maior parte do *déficit* habitacional brasileiro, para a qual foram direcionados créditos e repasses em valores superiores a R\$ 2,4 bilhões, representando 45% do valor total contratado no período. Esse montante viabilizou mais de 255 mil unidades habitacionais, representando 75% do total produzido.

Origem recursos / programa	Valores em R\$ mil/Quantidades em unidades			
	Valores contratados	Unidades habitacionais	População beneficiada	Empregos gerados
FGTS/Carta de crédito	2.711.408	176.291	715.741	258.488
FGTS/Pró-moradia	272.733	22.728	92.275	26.001
FAT/Carta de crédito	257.208	4.633	18.810	24.520
FAR/Arrendamento residencial	869.579	33.556	136.237	82.900
CAIXA/Carta de crédito	453.297	9.542	38.741	43.214
OGU-FGTS/PSH	<u>332.206</u>	<u>43.051</u>	<u>174.787</u>	<u>31.670</u>
Totais financiamentos	<u>4.896.431</u>	<u>289.801</u>	<u>1.176.591</u>	<u>466.793</u>
OGU-BID/Habitar - Brasil BID - UAS	333.269	30.297	123.007	31.772
OGU/Diversos Governo Federal	<u>232.522</u>	<u>19.705</u>	<u>80.003</u>	<u>22.167</u>
Totais dos repasses	<u>565.791</u>	<u>50.002</u>	<u>203.010</u>	<u>53.939</u>
Totais	<u>5.462.222</u>	<u>339.803</u>	<u>1.379.601</u>	<u>520.732</u>

Confere-se especial destaque à operação contratada para a construção, na cidade do Rio de Janeiro, da vila olímpica com 1.480 unidades habitacionais, financiada com recursos do FAT e destinada a hospedar as delegações (atletas e dirigentes) dos países que participarão dos XV jogos PAN-AMERICANOS, dos jogos Para PAN-AMERICANOS e dos Campeonatos Mundiais de Canoagem e de Judô, que serão realizados naquela cidade, no ano de 2007.

Programas de saneamento e infra-estrutura

Foram contratados pelo setor público, por meio do Programa Pró-Saneamento, financiamentos com recursos do FGTS totalizando R\$ 1,68 bilhão para o desenvolvimento de obras voltadas para a melhoria do abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos e desenvolvimento institucional nas localidades beneficiadas. Para as mesmas finalidades e também com recursos do FGTS, foram contratados pelo setor privado, por meio do Programa FCP-SAN, cerca de R\$ 53 milhões. Ainda pelo setor privado, foram contratados financiamentos com recursos do BNDES da ordem de R\$ 94 milhões em operações estruturadas, para investimentos na melhoria das rodovias brasileiras. Essas contratações, totalizando R\$ 1,83 bilhão, viabilizaram investimentos totais de R\$ 2,58 bilhões, proporcionando a geração de 340 mil empregos e beneficiando 12,1 milhões de cidadãos com as intervenções contempladas.

Computadas as contratações com recursos do OGU, nos programas do Governo Federal com finalidades similares, as contratações efetivadas elevam-se a R\$ 2,45 bilhões, viabilizando investimentos da ordem de R\$ 3,28 bilhões, bem como a geração de 453 mil empregos e benefícios decorrentes a 15,2 milhões de cidadãos.

Origem recursos/programa	Valores em R\$ mil/Quantidades em unidades			
	Valores contratados	Valores investimentos	População beneficiada	Empregos gerados
FGTS/Pró-Saneamento	1.681.059	2.038.094	9.058.196	328.133
FGTS/FCP-SAN	52.884	70.565	313.622	11.361
BNDES/FCP-Rodovias	<u>94.022</u>	<u>471.816</u>	<u>2.699.418</u>	<u>500</u>
Total financiamentos	<u>1.827.965</u>	<u>2.580.475</u>	<u>12.071.236</u>	<u>339.994</u>
OGU-BID/Habitar - Brasil BID - DI	25.120	26.063	115.836	4.196
OGU/Diversos Governo Federal	<u>594.469</u>	<u>676.585</u>	<u>3.007.044</u>	<u>108.930</u>
Total repasses	<u>619.989</u>	<u>702.648</u>	<u>3.122.880</u>	<u>113.126</u>
Total	<u>2.447.554</u>	<u>3.283.123</u>	<u>15.194.116</u>	<u>453.120</u>

Os desembolsos por conta das contratações celebradas nesse e em exercícios anteriores, foram da ordem de R\$ 696 milhões, sendo R\$ 305 milhões pelos financiamentos concedidos e R\$ 391 milhões por conta dos contratos de repasses.

Repasses e transferências de recursos do Orçamento Geral da União

Foram contratadas pelo setor público, com recursos provenientes do OGU, 5.324 operações, envolvendo recursos da ordem R\$ 1,54 bilhão, que possibilitarão a geração de 237 mil empregos. Essas contratações, voltadas para a promoção do desenvolvimento nas diversas regiões do País, mediante a implementação de projetos de habitação popular, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos, infra-estrutura urbana e rural, esportiva, turística e gestão de recursos hídricos, apresentaram evolução de 165,52% em relação ao exercício anterior (R\$ 580 milhões).

Valores em R\$ mil/Quantidade em unidades

Gestores dos Programas do Governo Federal	Quantidade de contratos	Valores contratados	Empregos gerados
AGEVAP - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	3	2.968	1.426
ANA - Agência Nacional de Águas	7	7.629	1.415
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	551	60.880	11.286
MCIDADES - Ministério das Cidades	2.194	970.471	129.833
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário	968	139.998	25.230
ME - Ministério do Esporte	847	130.644	23.699
MTUR - Ministério do Turismo	657	152.915	28.081
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus	90	51.798	9.105
MINC - Ministério da Cultura	<u>7</u>	<u>23.194</u>	<u>6.659</u>
Total	<u>5.324</u>	<u>1.540.497</u>	<u>236.734</u>

Os desembolsos/emissões de crédito às contas dos 14.416 contratos em execução, envolvendo os Estados e 4.199 Municípios, totalizaram R\$ 1,01 bilhão, valor esse superior em 76,7% ao de 2003 (R\$ 571 milhões).

A CAIXA atua, também, na transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para os estados, municípios e entidades filantrópicas. Em 2004, foi transferida por conta desses Fundos a quantia R\$ 217,7 milhões, 59,6% superior à que se efetivou em 2003 (R\$ 136,4 milhões).

Apoio à gestão pública

Para atender à execução de projetos de modernização administrativa e fiscal, foi contratado junto a 33 Municípios brasileiros no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), o montante de R\$ 109,4 milhões, observando-se um incremento de R\$ 81 milhões em relação ao exercício anterior. Os desembolsos totalizaram no período R\$ 22,8 milhões e as contratações, iniciadas em 2002, acumularam R\$ 262,2 milhões.

No Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), a CAIXA desembolsou aos 26 estados e ao distrito federal a quantia de R\$ 115,3 milhões, ante 92,4 milhões no exercício de 2003. O volume total já desembolsado, desde o início do programa em 1997, monta em R\$ 1,10 bilhão.

O Sistema de Informações Sócio-Econômicas dos Municípios Brasileiros (SIMBRASIL) foi desenvolvido com o propósito de contribuir para que as comunidades possam identificar, avaliar e diagnosticar as suas principais potencialidades. Neste ano, o SIMBRASIL foi disponibilizado a todos os administradores municipais e estaduais, como alternativa de fonte de dados para o planejamento urbano e como instrumento de apoio ao desenvolvimento local e regional.

Ao final de 2004, 93,54% dos estados, distrito federal e municípios tiveram a entrega de seus balanços patrimoniais e orçamentários homologados pela CAIXA, em cumprimento ao acordo de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Já as entregas dos Relatórios de Gestão Fiscal e Resumo da Execução Orçamentária homologadas foram, respectivamente, da ordem de 42,21% e de 46,40%.

O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), instrumento fundamental para o apreamento de obras e serviços de engenharia, ratificando a confiabilidade e exatidão das suas informações, consolidou sua posição como referência oficial para a aferição dos custos das obras públicas, ao ser confirmado como fonte de referência para as contratações com recursos do OGU, segundo a Lei 10.934/2004.

No exercício de 2004, foram avaliados pela CAIXA 326 obras e serviços contratados pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria da Defesa Civil, garantindo a devida aferição e adequada aplicação de recursos públicos no valor de R\$ 132 milhões, nas diversas regiões do País.

Para incentivar estudos e pesquisas nas áreas de habitação, gestão ambiental, gestão da qualidade, capacitação para uso de energia solar, saneamento ambiental, transferência de tecnologia para habitação popular de baixo custo e reabilitação de áreas urbanas centrais, todos voltados para a melhoria da qualidade dos seus produtos de desenvolvimento urbano, a CAIXA desembolsou, em 2004, cerca de R\$ 1,5 milhão em 23 projetos.

Programa CAIXA melhores práticas em gestão local

Ao finalizar sua 3ª edição, o Programa constituiu um acervo de 505 projetos, premiou 30 melhores práticas e viabilizou 16 práticas brasileiras dentre as 100 melhores do mundo no concurso internacional de Dubai, promovido pelo Habitat/ONU. Com o objetivo de valorizar e replicar as melhores práticas, a CAIXA realizou no período cerca de 40 exposições fotográficas itinerantes pelo país, distribuiu 10.000 publicações e 200 fitas de vídeo técnico, bem como possibilitou o acesso às informações das práticas premiadas no seu sítio na *internet* aos públicos interno e externo.

Com essa iniciativa, a CAIXA tem contribuído para o cumprimento dos compromissos da Agenda Habitat firmados pelo País, divulgando amplamente experiências bem-sucedidas e sustentáveis de gestão local que apresentam impacto tangível e visível na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Órgãos públicos federais, empresas privadas, universidades e organizações não governamentais têm consultado o acervo constituído com o objetivo de apropriarem-se das experiências e de conceberem novos projetos capazes de transformar as realidades locais.

Os resultados proporcionados pelo Programa e o interesse do público, em âmbitos nacional e internacional, levaram a empresa a ser convidada pelas Nações Unidas/Habitat para participar, no mês setembro, do Fórum Mundial Urbano, em Barcelona, para apresentação do seu sistema de premiação e exposição dos projetos premiados a outras instituições internacionais.

Em dezembro, foi agraciada com o Prêmio Empresa Cidadã promovido pela Revista Exame, na categoria financiamento de projetos de natureza social, ensejando a divulgação do Programa como destaque no “Guia de Boa Cidadania Corporativa”, editado e publicado por aquela revista.

Caixa hospitais

Desde 1997, a CAIXA contribui para suprir as necessidades imediatas de capital de giro dos hospitais filantrópicos, por meio da operação de crédito denominada CAIXA Hospitais, que estão na composição do total de aplicações do segmento de pessoas jurídicas do crédito comercial. Em 2004 foram contratadas 429 operações, totalizando o montante de R\$ 229,9 milhões, superando em 50,95% as efetivadas no exercício anterior.

A linha de crédito CAIXA hospitais já atendeu a inúmeros hospitais filantrópicos e santas casas, com 1.675 contratações no valor de R\$ 733,0 milhões, contribuindo para manter e melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão brasileiro por parte das instituições beneficiadas.

6. Distribuição de produtos e serviços próprios e de terceiros

Canais físicos de atendimento

A empresa manteve-se presente em todos os municípios brasileiros, totalizando, com a inauguração de 64 unidades em seu projeto de expansão denominado “+ 500 Agências”, 17,5 mil pontos de atendimento, assim distribuídos:

Rede física - Tipo de unidade	Quantidade de unidades	Quantidade de transações bancárias (em milhões)
Agências e PAB - Postos de atendimento bancário	2.207	460,10
PAE - Postos de atendimento eletrônico	1.069	63,80
PAA - Posto de atendimento avançado	1	0,00
Correspondentes bancários - Casas lotéricas	8.916	1.023,21
Correspondentes bancários - demais estabelecimentos	3.489	31,64
Salas de auto-atendimento 24 h	<u>1.782</u>	<u>902,00</u>
Total	<u>17.464</u>	<u>2.480,75</u>

Das 3,2 bilhões de transações registradas nas casas lotéricas, 2,2 bilhões foram por conta dos diversos jogos de loterias e o restante em serviços bancários, destacando-se, pela sua relevância social, a crescente preferência da população brasileira por este canal para quitar as suas contas de energia elétrica, água, telefone, bem como para recebimento dos benefícios do Governo Federal:

Modalidades de transação	Valores em R\$ milhões / Quantidades em milhões			
	2003		2004	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Contas concessionárias	595,66	29.036,43	604,96	31.853,68
Tributos	37,69	1.918,70	36,23	2.097,98
Cobranças bancárias	70,07	7.900,42	105,39	11.821,16
Contribuições sociais	27,50	2.139,72	30,52	2.657,66
Benefícios pagos	75,17	4.085,27	91,44	7.630,81
Recebimento de declaração de isento IR	32,20	24,15	29,89	29,89
Depósitos bancários	14,94	2.634,07	26,88	4.704,10
Saques bancários	44,15	5.670,42	63,02	8.742,74
Saldos bancários	<u>22,96</u>	<u>-</u>	<u>34,85</u>	<u>-</u>
Totais dos serviços bancários	<u>920,34</u>	<u>53.409,18</u>	<u>1.023,18</u>	<u>69.538,02</u>
Totais dos jogos de loterias	<u>2.007,01</u>	<u>3.544,48</u>	<u>2.157,52</u>	<u>4.209,43</u>
Totais Gerais	<u>2.927,35</u>	<u>56.953,66</u>	<u>3.180,70</u>	<u>73.747,45</u>

Os demais correspondentes bancários, que viabilizam a presença da CAIXA em todos os 5.561 municípios brasileiros, registraram 31,64 milhões de transações, entre as quais cerca de 12 milhões de pagamento dos diversos benefícios sociais do Governo Federal.

Canais virtuais de atendimento

O sítio na *internet*, www.caixa.gov.br, recebeu perto de meio bilhão de acessos, com 2,1 bilhões de visitas às páginas disponíveis ao longo do exercício. Destacam-se as páginas de loterias como as mais visitadas, com 181,3 milhões de acessos. As principais melhorias incorporadas no ano foram o redesenho das páginas “Para Sua Empresa” e “Para Sua Cidade”. Foi lançado também um novo portal voltado para o poder judiciário.

Cerca de 1 milhão de clientes cadastrados receberam mais de 430 milhões de mensagens eletrônicas sobre produtos e serviços, tratando de resultados de loterias, informações sobre capitalização, saldos e extratos bancários e notícias da imprensa. O Banco Eletrônico, o *Internet Banking* CAIXA, totalizou 3 milhões de contas cadastradas, com movimentação de R\$ 18,9 bilhões.

SAC - Serviço de atendimento aos clientes

A Ouvidoria recebeu 121,3 mil ocorrências registradas por clientes sobre produtos e serviços oferecidos e atendimento prestado pelas agências. Em relação a 2003, houve crescimento de 5,7% no total de registros, percentual compatível com a expansão da base de clientes. As sugestões e elogios, representando 3,9% e 5,9% do total de ocorrências, apresentaram crescimentos, respectivamente, de 32,9% e 13,8%, contrapondo-se ao pequeno incremento da ordem de 4,7% nas reclamações. A atenção que vem sendo dispensada pela empresa a este serviço a manteve, ao longo de todo o ano de 2004, fora da lista de instituições financeiras com maior número de reclamações protocoladas junto ao BACEN.

No final do exercício, a CAIXA patrocinou e participou do II Fórum de Ouvidorias Públicas, que reuniu ouvidores públicos de todo o país e representantes da sociedade civil organizada para avaliação dos resultados alcançados em 2004 e o estabelecimento de metas para 2005, dentre as quais a criação e consolidação de Sistema Nacional de Ouvidorias Públicas.

7. Negócios bancários e imobiliários

Produtos de captação

Como reflexo de suas ações para cumprimento de objetivo estatutário, tendo como propósito incentivar e educar a população brasileira nos hábitos de poupança, a empresa encerrou o exercício com captação líquida positiva de R\$ 1,6 bilhão e saldo de R\$ 48,9 bilhões em depósitos de poupança, garantindo-lhe participação de mercado de 30,7%. Pela terceira vez consecutiva, recebeu o prêmio *TOP OF MIND*, instituído pelo Jornal Folha de São Paulo, que premia as marcas mais lembradas pelos consumidores brasileiros. Entre as referidas ações destaca-se a reedição, no mês de outubro, da campanha publicitária denominada FORÇA X, que tem por objetivo revitalizar o produto, resgatando amplo conceito de poupar para as crianças e criando o primeiro contato deste público com o universo bancário.

Como alternativas aos clientes com maior volume de recursos em busca de maior rentabilidade, aliada à segurança, os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e os Recibos de Depósitos Bancários (RDB) tiveram o seu saldo elevado para R\$ 5,9 bilhões, distribuídos em 29,7 mil contratos, com incrementos de R\$ 2,7 bilhões e de 86,4% em relação ao saldo final do exercício anterior e evolução da participação de mercado de 2,4% para 3,4%.

Os depósitos à vista, como reflexo da expansão da base de clientes, registraram saldo total de R\$ 5,9 bilhões, representando evolução de 19,7% em relação ao registrado em 2003.

CAIXA internacional

Lançado no dia 24 de junho, o CAIXA Internacional é um programa de relacionamento e de negócios voltado, exclusivamente, para os brasileiros residentes no exterior a fim de lhes propiciar a abertura de conta eletrônica na *internet*, denominada e-Conta CAIXA, habilitando-os a efetuarem remessas de recursos para o Brasil e aquisição de produtos de poupança de longo prazo.

Conta CAIXA AQUI

A Conta CAIXA AQUI, primeira ação de inclusão bancária realizada por Instituição Financeira no Brasil, viabilizou aos brasileiros até então sem acesso ao sistema a abertura e manutenção de 2,2 milhões de contas, com crescimento de 97,43% em relação ao ano anterior. Do total de transações realizadas pelos novos clientes, 74,4% ocorreram em canais alternativos, tais como, ATM, Casas Lotéricas, demais correspondentes bancários e compras com cartão de débito, sendo este último responsável por 14% das transações.

Serviços bancários e produtos de fidelização

Além dos inúmeros serviços bancários disponibilizados em seus canais físicos e virtuais de atendimento, foram celebrados 99 contratos de consultoria para a reestruturação dos regimes de previdência de 5 estados e 94 municípios, contribuindo, com a expansão da carteira em 33,8%, para garantir o pagamento de benefícios previdenciários a aproximadamente 353 mil segurados, entre servidores ativos, inativos e pensionistas, cuja base ampliou-se 335% em relação ao exercício anterior.

Manteve, também, a prestação de serviços de administração de créditos imobiliários, com o total de 754 mil contratos administrados, por conta dos quais foram arrecadadas 4,8 milhões de prestações, proporcionando retorno aos credores da ordem de R\$ 1,9 bilhão, volume 8% superior ao de 2003. Na administração dos créditos da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), efetuou a liquidação e reestruturação de dívida de 79 mil contratos.

Destaca-se, em relação aos produtos de fidelização de sua coligada CAIXA Seguradora S/A, refletindo ainda o processo de inclusão bancária empreendido pela instituição, o crescimento do interesse da população pelos produtos de capitalização, face à expressiva evolução absoluta e relativa (24,6%) da quantidade de títulos comercializados.

Produto	Valores em R\$ mil/Quantidades em unidade			
	2003		2004	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Previdência privada	302.910	339.267	229.122	517.925
Capitalização	2.958.416	158.877	3.686.875	142.587
Seguros	1.237.085	112.585	1.231.453	102.636
Consórcio imobiliário	<u>18.383</u>	<u>845.305</u>	<u>17.636</u>	<u>841.920</u>
Total	<u>4.516.794</u>	<u>1.456.034</u>	<u>5.165.086</u>	<u>1.605.068</u>

Os números adiante, retratando expansões consideráveis da base de cartões, representam outra evidência dos reflexos do processo de inclusão bancária em curso. Como resultado de lançamentos tais como os enumerados, a CAIXA tornou-se a maior emissora mundial da bandeira Mastercard Maestro:

- Cartão CAIXA AQUI MasterCard, ampliando o acesso ao crédito para a população de baixa renda;
- Cartões CAIXA EMPRESARIAL e CAIXA BNDES, fomentando o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas;
- Cartão TURISMO CAIXA MasterCard, produto inédito na alavancagem da demanda pelo turismo interno.

Especificação	Cartões de crédito			Cartões de débito		
	2003	2004	Variação	2003	2004	Variação
Base de cartões (milhões de unidades)	1,80	2,00	11%	28,00	32,00	14%
Transações (milhões de unidades)	49,70	53,40	12%	54,00	77,00	43%
Transações (R\$ bilhões)	3,40	3,80	12%	2,10	3,30	57%

Produtos de crédito comercial

Foram contratados créditos comerciais no montante de R\$ 26,3 bilhões, representando expansão de negócios equivalente a 29,8% em relação ao ano anterior. O somatório dos saldos finais das carteiras, da ordem de R\$ 9,8 bilhões refletiu incremento global de 41,8% desses ativos. A participação da CAIXA no mercado de crédito comercial destinado a pessoas físicas e jurídicas apresentou crescimento de 30,5%, passando de 2,66% em 2003, para 3,47% em 2004.

Segmentos de pessoas físicas

Contribuindo para o aquecimento especialmente da demanda por bens e serviços, foram injetados na economia R\$ 17,3 bilhões em créditos comerciais contratados junto a 15 milhões de brasileiros, contra um volume de R\$ 14,6 bilhões aplicados em 2003, representando 20,5% de incremento. A participação no mercado de créditos comerciais a esse segmento evoluiu, passando de 7,31% para 8,65%, como resultado do crescimento da carteira em 18,3%.

Houve, no exercício, alterações significativas na legislação que trata do produto Consignação. Notadamente o Decreto nº 5.180 e a Lei nº 10.953 trouxeram a possibilidade de contratação com aposentados e pensionistas sem a necessidade de transferência de domicílio bancário e de vinculação do benefício ao banco concessor de empréstimos e financiamentos. Com o novo cenário legal e a ampliação de convênios para empregados de empresas públicas e privadas, a modalidade Consignação CAIXA consolidou-se como a linha de crédito de maior procura pela população, mais que dobrando o volume de crédito aplicado em 2003, com crescimento de 135,3%. O produto encerrou o ano com R\$ 4 bilhões contratados, contra R\$ 1,7 bilhão em 2003.

Para atendimento específico ao segmento de baixa renda, foram disponibilizados créditos pré-aprovados, no valor de R\$ 200,00, com juros mensais de 2%, para 1,2 milhão de clientes da conta simplificada CAIXA Aqui. Cerca de 481 mil desses clientes lançaram mão dos seus limites, totalizando R\$ 235 milhões de utilização em 2004.

Lançado em agosto de 2004, o Micropenhor, alternativa de crédito fácil e com juros baixos para a população de baixa renda, viabilizou a contratação de R\$ 137 milhões em 578 mil operações. O Micropenhor com o crédito pré-aprovado CAIXA Aqui se traduzem em ações concretas da empresa para a consolidação do Microcrédito no Brasil.

Segmentos de pessoas jurídicas

Para fomento à oferta de bens e serviços na economia, foi contratado pelo segmento de pessoas jurídicas o volume recorde de R\$ 9,0 bilhões de créditos comerciais no ano, representando crescimento de 59% em relação ao ano anterior. A carteira de créditos comerciais a pessoas jurídicas registrou aumento de participação no mercado de 1,01% para 1,35%.

O crescimento verificou-se em todos os produtos da carteira, fruto do direcionamento que busca garantir às empresas atendimento completo e equilibrando suas necessidades de capital de giro para curto e médio prazo e de capital para investimento.

Recuperação de créditos

Retornaram à condição de adimplência, foram renegociados ou tiveram liquidação total da dívida, viabilizando a outros cidadãos o acesso ao crédito, 783.450 contratos oriundos de financiamentos e/ou empréstimos das carteiras comercial e habitacional, no montante de R\$ 537,6 milhões que se encontravam com atraso superior a 60 dias.

Foram renegociados 10.358 contratos de financiamento de habitação, com dívida total de R\$ 298 milhões, com vistas aos seus realinhamentos às situações e condições financeiras atuais dos clientes, com o recebimento à vista de quantia equivalente a R\$ 48 milhões. Foi viabilizada, ainda, a quitação de 59.467 contratos, cuja dívida total equivalia à época das liquidações ao montante de R\$ 811 milhões.

A ação de recuperação e regularização de créditos habitacionais contemplou 328.112 contratos, representando uma dívida total no valor de R\$ 5,18 bilhões. A mesma ação em relação a créditos comerciais com as mesmas características viabilizou a quitação de 51.002 contratos, com retorno à vista da quantia de R\$ 40,0 milhões.

8. Fundos, programas e serviços delegados pelo Governo

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Na qualidade de Agente Operador do FGTS, a CAIXA registrou arrecadação de contribuições ao fundo no valor de R\$ 28,2 bilhões, por meio de 31,0 milhões de transações. Em relação ao exercício anterior, o valor arrecadado apresentou crescimento nominal de 13,1%. Foram realizados 18,5 milhões de pagamentos nas diversas modalidades de saques, totalizando R\$ 22,1 bilhões. Em comparação ao mesmo período de 2003, estes números apresentaram-se superiores em 0,3% e 8,4%, respectivamente.

Mais de 7,1 milhões de créditos complementares decorrentes dos planos econômicos foram efetivados nas contas vinculadas do FGTS, num montante de R\$ 11,2 bilhões, sendo que desse total foram sacados R\$ 8,7 bilhões pelos trabalhadores.

Foram, ainda, desembolsados R\$ 4,7 bilhões, a título de liberação de parcelas de financiamentos de obras de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana contratados nos últimos anos.

O conjunto dessas operações efetivadas pela CAIXA viabilizou a recolocação pelo Fundo na economia brasileira da quantia de R\$ 35,5 bilhões, superando em 19,1% movimentação no mesmo sentido no ano anterior.

Créditos complementares FGTS

Desde o início dos pagamentos dos créditos complementares, em junho de 2002, até dezembro de 2004, foram efetivados mais de 66 milhões de créditos nas contas vinculadas do FGTS, no montante de R\$ 30,1 bilhões. Desse total, cerca R\$ 22,1 bilhões foram sacados pelos trabalhadores que comprovaram o direito ao saque.

Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS

Como instrumento de política social do governo, o FCVS subsidia os contratos de financiamentos habitacionais e, por conseguinte, os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e assume eventual desequilíbrio dos financiamentos habitacionais ocasionado pelo descasamento entre os reajustes das prestações e dos saldos devedores, durante a vigência dos contratos.

Na condição de administradora deste Fundo, a CAIXA promoveu a habilitação ao FCVS de 56.894 contratos, cujos mutuários, utilizando-se dos benefícios concedidos pela Lei nº 10.150, de 21/12/2000, liquidaram os seus financiamentos com 100% de desconto do saldo devedor. Dos contratos homologados pela CAIXA, 134.646 originaram-se de liquidações antecipadas, com descontos que variaram de 12,5% a 100% dos respectivos saldos devedores. Foram beneficiadas, portanto, 191,5 mil famílias com a confirmação de quitação dos seus financiamentos.

Seguro habitacional do SFH - SH/SFH

O SH/SFH, também, sob a administração da CAIXA, quitou cerca R\$ 300 milhões em sinistros, dos quais R\$ 113,43 milhões destinados à recuperação de moradias de mutuários beneficiados pela Apólice. Foram beneficiadas cerca 10,8 mil famílias brasileiras com a quitação dos seus financiamentos, em decorrência de coberturas de sinistros.

Serviços delegados e programas de transferência de renda

Como principal agente operador dos programas de Transferência de Renda do Governo Federal, especialmente do Bolsa Família, a CAIXA é portadora da esperança de uma vida melhor para milhões de brasileiros. Foram 6.572 mil de famílias carentes beneficiadas pelo Programa. Totalizou-se R\$ 5,15 bilhões de pagamentos aos beneficiários dos Programas Bolsa Família, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Auxílio Gás e Programa Cartão Alimentação, efetivados nos diversos canais de atendimento em todos os municípios brasileiros.

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a CAIXA disponibiliza, desde junho, informações das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família nos seguintes sítios na Internet: www.caixa.gov.br e www.mds.gov.br. A partir de dezembro, estes sítios passaram a apresentar também a situação dos benefícios de cada uma das famílias atendidas, informando se eles estão bloqueados, liberados ou em averiguação. Esta ação objetiva dar maior transparência e efetividade à gestão do Programa pelo MDS, com a participação da sociedade, dos órgãos de controle e fiscalização, da imprensa, dentre outros. Motiva, também, ações das prefeituras para manutenção das informações do Cadastro Único - que é a base de dados utilizada para concessão/manutenção dos benefícios, bem como para o acompanhamento e controle das famílias beneficiárias de seu município.

A CAIXA participou do processo de integração do Programa Bolsa-Família com os programas de transferência de renda de Estados, Municípios e do Distrito Federal, cujo objetivo, entre outros, era complementação, por aqueles entes federativos, do valor do benefício do Bolsa-Família com recursos próprios. Além de elevar o valor do benefício e a renda familiar, esta parceria permitiu aumentar a velocidade de implantação do programa, já que os entes federados são estimulados a atualizar e incrementar o número de famílias no Cadastro Único. Foram celebrados 10 contratos de parcerias com Estados e Municípios para a prestação de serviços de geração e pagamento da complementação, abrangendo 232,5 mil famílias beneficiadas.

Cadastro único

Foram incluídas no Cadastro Único do Governo Federal ao longo do exercício cerca de 2,1 milhões de novas famílias, resultando numa base total de aproximadamente 9 milhões de famílias. Além disso, foram migradas para ele 4,3 milhões de famílias do antigo Cadastro do Programa Bolsa Escola, resultando em 14,6 milhões de famílias cadastradas pela CAIXA, no período de 2000 a 2004. São 53,5 milhões de pessoas cadastradas no principal instrumento de mapeamento da pobreza do Brasil, documentadas e reconhecidas pelas instituições governamentais e se constituindo em público-alvo para inserção nas políticas sociais de Governo, em todas as suas esferas.

Pagamento de benefícios sociais

Foram efetivados pela CAIXA 266,4 milhões de pagamentos de benefícios sociais, totalizando R\$ 31,5 bilhões de reais e incremento de 28,05% em relação ao ano de 2003. O decréscimo na quantidade de pagamentos, da ordem de 11,1%, justifica-se na sua maior parte pela migração de famílias dos programas remanescentes para o Bolsa-Família.

Programa	Quantidades em unidades/Valores em R\$ mil			
	2003		2004	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Auxílio aluno	792.655	23.779.650	644.233	19.326.990
Auxílio gás	100.418.969	753.142.268	69.073.592	518.051.940
Agente jovem	94.420	6.137.300	55.281	3.593.265
Bolsa alimentação	18.327.009	274.905.135	3.782.548	56.738.220
Bolsa escola	92.582.817	1.388.742.260	62.393.441	935.901.615
Bolsa-Família	4.986.981	376.083.535	47.518.163	3.352.228.909
Bolsa Renda	5.544.152	166.324.560	-	-
De Volta Pra Casa	206	49.440	6.576	1.601.824
Garantia Safra	42.395	4.027.525	371.717	35.313.115
PETI	963.554	41.601.465	1.385.923	58.930.215
PCA	2.177.719	108.885.950	3.448.028	172.401.400
Previdência Social	29.610.397	12.455.629.929	34.456.923	16.622.947.190
Abono Salarial	6.619.356	1.522.063.483	7.415.304	1.881.288.548
PIS Rendimento	16.190.697	541.255.113	14.807.925	297.600.480
PIS Quotas	575.626	434.132.037	619.343	500.640.940
Seguro-Desemprego	<u>20.864.981</u>	<u>6.532.794.570</u>	<u>20.429.051</u>	<u>7.080.530.144</u>
Total	<u>299.791.934</u>	<u>24.629.554.220.19</u>	<u>266.408.048</u>	<u>31.537.094.794</u>

Administração de loterias

As loterias administradas pela CAIXA captaram no exercício cerca de R\$ 4,2 bilhões em apostas, viabilizando o repasse ao Governo Federal de R\$ 2 bilhões, sendo R\$ 481 milhões a título de Imposto de Renda e o restante para destinação aos diversos fundos, programas e entidades por ele assistidos. Este desempenho representa crescimento da ordem de 19,07% em relação ao exercício anterior.

Destinação	Valores em R\$ mil	
	2003	2004
Fundo Nacional da Cultura	101.598	120.831
Seguridade Social	587.248	719.057
Financiamento ao Estudante Superior (FIES)	245.191	299.184
Clubes de futebol	6.786	5.769
Secretaria Nacional Esportes	168.982	176.565
Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN)	106.494	126.633
Comitê Olímpico Brasileiro (COB)	57.572	68.471
Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB)	10.160	12.083
Testes especiais (APAE, CRUZ VERMELHA, COB e CPB)	<u>353</u>	<u>828</u>
Repasse total	<u>1.284.384</u>	<u>1.529.421</u>

FIES - Programa de Financiamento Estudantil

O Programa de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado em 1999 para ajudar a suprir a carência de mecanismos de acesso ao ensino superior para estudantes sem condições de arcar com os custos integrais de sua formação acadêmica. O Ministério da Educação promoveu em 2004 a abertura de processo seletivo para 50 mil vagas de financiamento.

Foram efetivados pela CAIXA mais de 264 mil aditamentos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 567,0 milhões, quantia essa 7,8% superior ao montante aditado em 2003. Os aditamentos são as renovações semestrais dos contratos do FIES, necessárias à manutenção do financiamento.

9. Administração de riscos

Foram disponibilizadas novas ferramentas de avaliação integrada do risco de crédito, permitindo a imediata contratação de conjunto de produtos denominado pacote de relacionamento básico - Crédito rotativo, cartão de crédito e empréstimo parcelado, por pessoas físicas e jurídicas, observados o nível de risco e a capacidade de pagamento. Foram processadas, em média, 1 milhão de avaliações de risco de crédito/mês, o que corresponde a um incremento de 14,5% em relação ao exercício anterior, perfazendo R\$ 24,2 bilhões em limites de crédito aprovados.

Para a mensuração do risco das Carteiras de Crédito das agências e PABs foi adotado o modelo estatístico *Credit Risk Plus*, que permite a apuração das perdas efetivas, o cálculo da Perda Esperada e o cálculo da Perda Inesperada ou VaR (Valor em Risco). As perdas verificadas nas carteiras de crédito decresceram de 5,8%, índice verificado em 2003, para 2,6% neste exercício, nada obstante o incremento de contratações havidas no período.

Os processos de gerenciamento do Risco de Mercado das Operações de Tesouraria (*Trading Book*) e de Marcação a Mercado (MTM) foram validados por empresa de consultoria externa.

Em continuidade ao desenvolvimento do modelo de gerenciamento do Risco Operacional, foram realizadas as construções da Matriz de Risco Operacional, a criação da base de dados de perdas operacionais, o desenvolvimento de ferramentas para monitoração da evolução dos eventos de risco e simuladores para cálculo de alocação de capital pelos métodos - básico, padronizado e padronizado alternativo - preconizados no Novo Acordo de Basiléia.

10. Governança e sustentabilidade corporativa

Estrutura de governança

Encontram-se instaladas e atuando regularmente todas as instâncias instituídas pelo novo Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 5.056 de 29 de abril de 2004 e disponível em www.caixa.gov.br, dentre as quais inclui-se o Comitê de Auditoria, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Práticas de transparência

Mantendo-se prática adotada a partir do exercício de 2002, foram apresentados e debatidos junto aos dirigentes e associados das entidades adiante, os desempenhos operacional e econômico-financeiro da empresa nos períodos evidenciados, publicados regularmente junto às respectivas demonstrações contábeis:

Entidade	Período	Data
ABAMEC e APIMEC - Rio de Janeiro	Exercício 2003	11/03
APIMEC - Distrito Federal	Exercício 2003	16/03
APIMEC - Minas Gerais	1º Semestre 2004	23/09
APIMEC - São Paulo	1º Semestre 2004	05/10
APIMEC - Rio Grande do Sul	1º Semestre 2004	28/10

ABAMEC - Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais

APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais

Para assegurar ainda maior confiabilidade e tempestividade a essas demonstrações, consolidou-se no exercício a implantação da Base Única de Dados Econômico-financeiros, viabilizando a completa crítica e unificação da administração de todos os dados pertinentes às transações da empresa. A principal mudança é conceitual, ou seja, o dado é inserido uma única vez nesta base para atendimento aos sistemas usuários, evitando-se, dessa forma, a geração de informações divergentes entre eles. O quadro adiante revela a dimensão desta base, posicionada ao final do exercício:

Tabelas residentes	Quantidade em unidades Registros
Eventos cadastrados	71.218
Eventos-Produtos cadastrados	504.644
Roteiros cadastrados	394.624
Plano de Contas - Títulos e subtítulos contábeis	67.033
Lançamentos de transações contábeis armazenadas	839.793.757
Informações de saldos e quantidades operacionais	447.006.709
Outras tabelas cadastrais auxiliares	42.539.351

Sistema de controles internos

Durante todo o exercício de 2004 continuou-se investindo no aperfeiçoamento de controles, na promoção da conformidade e no desenvolvimento da cultura de *compliance* (estado de adesão ao cumprimento de normas e procedimentos) na organização, visando à efetividade do sistema de controles internos da empresa.

Foram implementadas novas ações, metodologias e ferramentas de controle, compreendendo a avaliação/revisão de procedimentos de controle em processos, atividades, produtos e serviços com exposição elevada a riscos, dentre os quais se sobressaem: Imóvel na Planta; CDC; Loterias; Câmbio e Programa Bolsa Família.

O acompanhamento do atendimento às recomendações de órgãos de controle e fiscalização e das Auditorias interna e externa, para implementação de novos controles ou melhoria dos já existentes é realizado por meio de ferramenta que permite a completa automação das rotinas de cadastramento, manutenção e monitoração de planos de ação elaborados para esse fim. Relevam-se, pela importância dos seus efeitos para toda a sociedade brasileira o acompanhamento do desenvolvimento dos planos de ação do novo modelo de negócios para o canal lotérico e de melhoria da qualificação cadastral na CAIXA, incluindo a implementação do Cadastro Único, do Banco de Negócios e da Política de Gestão de Cadastro.

Antecipando medidas oficiais para dotar as entidades de previdência complementar de instrumentos eficientes de mitigação de riscos e de se estabelecer também nelas a cultura de controle, com vistas a ampliar a segurança e aumentar a credibilidade do sistema, foi assinado no exercício Termo de Cooperação Técnica entre CAIXA e a FUNCEF, tendo por objeto propiciar trocas de experiência e tecnologia sobre sistemas de controles internos entre as entidades.

Prevenção à lavagem de dinheiro

Sob a coordenação do Ministério da Justiça e com a participação ativa da CAIXA, o II Simpósio “Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro” - ENCLA 2004 reuniu em dezembro as principais autoridades responsáveis pela prevenção e combate à lavagem de dinheiro do executivo, do judiciário e do ministério público, com o objetivo de desenvolver estratégias conjuntas para enfrentamento a esse tipo de delito.

Por indicação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), diversas entidades nacionais e internacionais visitaram a CAIXA em 2004 para a troca de experiências técnicas sobre práticas de prevenção e combate aos crimes de "lavagem" de dinheiro.

PROGED - Programa de racionalização de gastos e eliminação de desperdícios

Por meio de ações estimuladas por este programa, viabilizou-se a redução de gastos instalados e a instalar e a eliminação de desperdícios da ordem de R\$ 454,8 milhões, superando, portanto, em 29,94% a meta estabelecida para o período. Destaca-se, entre as referidas ações, por seu impacto na cultura organizacional, a Campanha Água - A Fonte não Pode Secar que, ao longo de sua vigência, viabilizou na empresa redução do consumo de recurso tão precioso para a vida no planeta.

11. Projeto CAIXA Fome Zero

Empresa parceira do Programa Fome Zero do Governo Federal, a CAIXA repassou ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - iniciativa do Governo Federal - a quantia de R\$ 1,2 milhão, oriunda das seguintes fontes:

Fonte	Valores em R\$ mil Valor
Fundo CAIXA FIF Fome Zero CP (50% da taxa de administração)	412,80
Doações de pessoas físicas e jurídicas em Conta Corrente	<u>784,50</u>
Total	<u>1.197,30</u>

Foram arrecadadas 4,2 toneladas de alimentos nas suas agências e distribuídas segundo as prioridades definidas pelos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar ou correlatos.

Realizou o Seminário “Nós Podemos” na Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, com o objetivo de mobilizar parceiros e a sociedade para o cumprimento dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio definidos pela ONU. Tal evento resultou na assinatura de protocolo de intenções para o desenvolvimento de ações voltadas à divulgação da história do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho e na celebração de convênio com o MDS, prevendo o desenvolvimento de ações conjuntas na implementação do Programa Fome Zero, além do Termo de Ajuste com o Ministério do Trabalho e Emprego, prevendo a redução de cinco para quatro horas diárias na jornada de trabalho dos Adolescentes Aprendizados contratados pela empresa.

Promoveu a emissão gratuita de 380 mil cartões do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) para mulheres, na Semana Internacional da Mulher e nas ações itinerantes do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esta iniciativa contribui para que milhares de mulheres possam ter acesso às políticas públicas do Governo Federal, no âmbito do Programa Fome Zero, entre as quais aos benefícios do Programa Bolsa Família e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Doou ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no Termo de Cooperação Técnica celebrado com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança, a quantia de R\$ 808,7 mil, equivalente a 1% do imposto de renda devido, em prol do projeto de implantação da Rede Nacional de Localização e Reintegração de Crianças e Adolescentes Desaparecidas.

12. Força de atendimento

Recursos humanos

A CAIXA contava, ao final do exercício, com o seguinte quadro de colaboradores:

Colaboradores	Quantidades em unidades	
	2003	2004
Empregados concursados	57.382	59.927
Estagiários	10.423	9.766
Prestadores de serviços	27.678	24.180
Menores	1.879	293
Adolescentes aprendizes	<u>730</u>	<u>2.671</u>
Total	<u>98.092</u>	<u>96.837</u>

O quadro adiante evidencia a prioridade conferida na capacitação deste quadro, em especial no que se refere às competências necessárias ao atendimento qualificado dos seus clientes e para a melhoria da governança da instituição:

Atividade	Quantidades em unidades	
	2003	2004
Cursos na Universidade Corporativa	45.099	60.414
Pós-Graduação <i>Lato e Strictu Senso</i>	1.154	1.038
Ensino superior	1.300	1.153
<i>Workshops</i> e seminários	<u>4.851</u>	<u>4.824</u>
Total	<u>52.404</u>	<u>67.429</u>

Por meio do Programa Saúde CAIXA, foram efetuados 959,7 mil atendimentos a um total de 212 mil beneficiários - empregados e seus dependentes.

13. Atuação sociocultural e em marketing

Entre as ações de comunicação com o público externo, destacam-se: CAIXA da Vida da Gente; Loterias da CAIXA; Caixa Internacional; Campanha Créd Sênior Consignado; Campanha Poupança; Campanha Habitação; Campanha Boas Vindas aos Prefeitos e Arrecadação de Tributos; Campanha + 500 Agências e Campanha Empregados da CAIXA entregam caixas de presente.

Foram destinados recursos da ordem de R\$ 23,7 milhões, em eventos e projetos culturais de repercussão nacional, com vistas a divulgar e apoiar a produção artística brasileira, tornando-a acessível a todos os segmentos da população, de todas as regiões brasileiras e contribuindo, assim, para a inclusão social e o desenvolvimento do país. Entre os projetos e eventos de maior relevância apoiados pela instituição destacam-se: Projeto Sempre um Papo; Exposição Tesouros da CAIXA; Jogo de Cena; Exposições nos Conjuntos Culturais da CAIXA; São Paulo 450 anos; Conexão São Paulo; Exposição de Mapas Históricos da Cidade de São Paulo da Década de 30; Projeto "Porto Alegre em Cena e em Ceninha"; Projeto Artesanato Brasil com Design; Caixa de Adoção de Entidades Culturais e Projeto de Revitalização e Restauração de Museus.

O Projeto Artesanato Brasil com Design proporcionou à empresa maior visibilidade da sua atuação na área social e de fomento à atividade econômica local, reforçando sua imagem institucional a diversos segmentos de público, em uma ação diferenciada e de alto valor agregado, que pode ser traduzida nos seus diversos desdobramentos, tais como a sua premiação no 3º *Marketing Best* de Responsabilidade Social, no *Top Social 2004*, da ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas e *Marketing* do Brasil e o destaque conferido no Guia Exame da Boa Cidadania Corporativa da Revista Exame.

Foi renovado o patrocínio à Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), pelo período de fevereiro a dezembro de 2004. A CBAt manteve os nove programas realizados em 2003, voltados para o desenvolvimento de atletas, ex-atletas, técnicos e das Federações Estaduais. Foram contemplados na contratação os eventos do calendário desportivo nacional; duas etapas do *Grand Prix* Internacional de Atletismo - o GP Rio de Atletismo e o GP Brasil CAIXA de Atletismo; o patrocínio exclusivo às seleções brasileiras CAIXA de Atletismo; o patrocínio do Programa Nacional CAIXA de Jovens Talentos, do Programa CAIXA de Apoio a Atletas de Alto Nível; apoio à realização dos Campeonatos oficiais de pista e campo das Federações Estaduais de Atletismo; Programa CAIXA de Iniciação ao Atletismo; Programa CAIXA de Treinadores Nacionais; Programa Heróis do Atletismo Brasileiro e Programa Nacional de Combate ao *Doping* no Atletismo.

O esporte paraolímpico agrega valores importantes ao conjunto de princípios que sustentam a imagem corporativa da CAIXA, fortalecendo sua atuação voltada para a inclusão social. As LOTERIAS CAIXA patrocinam o Comitê Paraolímpico Brasileiro por meio do FDL - Fundo de Desenvolvimento das Loterias. Os Jogos Paraolímpicos do Brasil, ocorridos em maio na cidade de São Paulo, contaram com cerca de 636 participantes de diversos Estados brasileiros e contribuíram para a definição da delegação oficial brasileira que participou dos Jogos Paraolímpicos de Atenas 2004. Estes Jogos aconteceram entre os dias 17 e 28 de setembro e reuniram 4.000 atletas de 142 países. O Brasil enviou a maior delegação de sua história, superando a marca de 64 atletas que participaram dos Jogos de Sydney e obteve a sua melhor campanha na história, ficando em 14º lugar no quadro geral, com 14 medalhas de ouro, 12 de prata e 7 de bronze.

Em 2004 a CAIXA realizou uma série de eventos que fortaleceram a sua imagem como empresa socialmente responsável, dentre os quais citam-se: Recepção do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Lançamento do Projeto de Restauração de Edifícios Históricos do Quadrilátero da Sé, Entrega do Prêmio Caixa de Jornalismo Social, Lançamento do Projeto de Adoção de Entidades Culturais, Divulgação da Adesão da Caixa ao Programa da ONU "Nós Podemos - Oito Jeitos de Mudar o Mundo" e Disseminação do Conceito de Empresa com Responsabilidade Social.

14. Reconhecimentos

O Conselho Diretor dedica os resultados relatados, que tornam a empresa cada vez mais querida da sociedade brasileira, tanto ao seu controlador, o Governo Federal, pelo renovado e decisivo apoio a esta gestão, como a cada um dos seus colaboradores, fornecedores, parceiros e correspondentes bancários que não têm medido esforços para superar os desafios históricos com que temos nos defrontado.



KPMG Auditores Independentes
SBS Quadra 2 - Bl. A, nº 1, sl. 502
Edifício Casa de São Paulo
Setor Bancário Sul
70078-900 Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal / P.O.Box 8723
70312-970 Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 223-2024
Fax 55 (61) 224-0473
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração da
Caixa Econômica Federal
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Caixa Econômica Federal (CAIXA) levantados em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da CAIXA; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da CAIXA, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal (CAIXA) em 31 de dezembro de 2004 e 2003, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº. 6(b), a CAIXA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), correspondentes a contratos habitacionais, próprios e adquiridos de outros agentes, com cobertura do FCVS. A realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou um processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para o enquadramento a tais normas e procedimentos. Esses procedimentos possibilitam que os créditos sejam segregados em contratos habilitados e homologados pelo FCVS, contratos com negativa de cobertura, com ou sem possibilidade de recurso para reavaliação da negativa e, também, possibilitam aplicar uma metodologia estatística para estimativa das eventuais perdas com contratos não elegíveis pelo FCVS.

5. A CAIXA, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº. 18(a), possui registrado em seu ativo o valor de R\$ 1.666 milhões (R\$ 1.705 milhões em 31 de dezembro de 2003), correspondente a créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, cuja realização e manutenção estão condicionadas à geração futura de lucros tributáveis e ao atendimento às regras definidas pela Resolução nº 3.059/02 do Banco Central do Brasil.
6. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº. 15(a), a CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sob a alegação de falta de recolhimento de contribuição previdenciária sobre determinados pagamentos efetuados aos seus empregados, e pela Receita Federal, sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP. Consoante entendimento de suas áreas Jurídica e Tributária, que alegam não serem passíveis de incidência de contribuição previdenciária todas as verbas relacionadas pelo INSS, e em face das possibilidades de êxito parcial na defesa da autuação referente ao PIS/PASEP, a Administração da CAIXA entende não ser necessária a constituição de provisões para contingências referentes a essas autuações, complementares àquelas já existentes, e que totalizam R\$ 180 milhões (INSS) e R\$ 592 milhões (PIS/PASEP), em 31 de dezembro de 2004 (INSS - R\$ 102 milhões e PIS/PASEP - R\$ 568 milhões, em 31 de dezembro de 2003).

2 de fevereiro de 2005

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP175348/O-5-S-DF

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de Reais)

Ativo	2004	2003	Passivo	2004	2003
Circulante	90.202.067	76.954.974	Circulante	117.304.916	124.737.277
Disponibilidades	700.557	565.212	Depósitos (nota 11)	90.344.208	79.888.430
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	4.249.985	3.277.848	Depósitos a vista	5.969.669	4.986.788
Aplicações no mercado aberto	4.249.985	3.077.848	Depósitos de poupança	48.963.863	43.872.307
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	200.000	Depósitos a prazo	28.693.446	25.011.231
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 5)	50.927.358	44.595.355	Depósitos especiais e de fundos e programas (nota 11(b))	6.693.460	6.018.104
Carteira própria	43.548.695	21.995.403	Outros depósitos	23.770	-
Vinculados a compromissos de recompr:	6.650.249	22.426.196	Captações no mercado aberto (nota 11)	14.050.778	34.116.404
Vinculados ao Banco Central	559.033	149.642	Carteira própria	9.801.607	29.424.846
Vinculados a prestação de garantias	81.603	8.232	Carteira de terceiros	4.249.171	4.691.558
Instrumentos financeiros derivativos (nota 5(f))	87.778	15.882	Recursos de aceites e emissões de títulos	1.305.240	1.266.831
Relações interfinanceiras	17.956.457	15.425.064	Recursos de letras hipotecárias (nota 12)	1.130.757	1.266.831
Pagamentos e recebimentos a líquida:	58.043	63.614	Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 12)	174.483	-
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central (nota 6(a))	17.830.793	15.317.596	Relações interfinanceiras	69.097	62.947
Correspondentes	67.621	43.854	Recebimentos e pagamentos a líquida:	69.089	62.947
Relações interdependências	145.446	189.342	Correspondentes	8	-
Recursos em trânsito de terceiros	166	79.871	Relações interdependências	410.260	440.213
Transferências internas de recursos:	145.280	109.471	Recursos em trânsito de terceiros	357.202	337.977
Operações de crédito (nota 7)	10.820.649	9.077.915	Transferências internas de recursos:	53.058	102.236
Empréstimos títulos descontados e financiamentos:	8.378.147	6.779.565	Instrumentos financeiros derivativos (nota 5(f))	71.936	184.845
Financiamentos imobiliários	3.610.183	3.430.367	Outras obrigações	11.053.397	8.777.607
Provisão para operações de créditos (nota 7(f))	(1.167.681)	(1.132.017)	Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhado:	102.801	73.388
Outros créditos	4.511.844	2.928.268	Sociais e estatutárias	75.054	85.009
Créditos por avais e fianças honrados	12.352	-	Fiscais e previdenciárias (nota 15(a))	1.343.918	1.202.866
Rendas a receber (nota 8(a))	751.185	1.080.019	Negociação e intermediação de valor	6	83
Negociação e intermediação de valor	-	3.141	Recursos para destinação específica: (nota 15(b))	-	-
Créditos específicos	31.961	30.459	Obrigações de operações com loteria:	291.828	218.904
Diversos (nota 8(b))	3.716.346	1.814.649	Obrigações por fundos e programas sociais	1.167.066	1.100.562
Outros valores e bens (nota 9)	889.771	895.970	Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	1.357.392	527.819
Outros valores e bens	1.161.634	1.187.452	Diversas (nota 15(c))	6.715.332	5.568.976
Provisões para desvalorizações:	(272.581)	(299.711)	Exigível a longo prazo	23.818.003	19.986.647
Despesas antecipadas	718	8.229	Depósitos (nota 11)	1.428.486	1.135.917
Realizável a longo prazo	55.237.119	71.155.390	Depósitos a prazo	1.428.486	1.135.917
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	-	1.653.313	Recursos de aceites e emissões de títulos	10.456.102	9.690.646
Aplicações no mercado aberto	-	1.653.313	Recursos de letras hipotecárias (nota 12)	10.176.820	9.239.469
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 5)	21.906.512	32.930.597	Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 12)	279.282	451.177
Carteira própria	18.727.527	25.143.118	Obrigações por empréstimos (nota 13)	39.263	48.184
Vinculados a compromissos de recompr:	3.178.985	7.119.446	Empréstimos no exterior	39.263	48.184
Vinculados ao Banco Central	-	342.148	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais (nota 14)	11.426.453	8.615.198
Vinculados a prestação de garantias	-	325.885	Tesouro nacional	413.228	377.507
Relações interfinanceiras	16.237.678	21.022.042	Bndes	407.359	361.032
SFH - Sistema Financeiro da Habitação (nota 6(b))	16.237.678	21.022.042	Fgts	10.380.658	7.729.699
Operações de crédito (nota 7)	14.743.081	12.798.422	Outras	225.208	146.960
Empréstimos títulos descontados e financiamentos:	2.265.052	1.275.181	Outras obrigações	467.699	496.702
Financiamentos imobiliários	13.615.680	12.989.691	Fiscais e previdenciárias (nota 15(a))	133.596	142.727
Financ. de infra-estrutura e desenvolvimento	1.110.018	793.459	Obrigações por fundos e programas sociais (nota 15(b))	9.295	54.235
Provisão para operações de créditos (nota 7(f))	(2.247.669)	(2.259.909)	Diversas (nota 15(c))	324.808	299.740
Outros créditos	2.349.848	2.751.016	Patrimônio líquido (nota 16)	6.663.640	5.771.552
Rendas a receber (nota 8(a))	328.044	249.854	Capital de domiciliados no País	5.083.532	3.885.000
Diversos (nota 8(b))	2.684.994	2.924.544	Reservas de capital	10	10
Provisão para outros créditos (nota 8(c))	(665.190)	(423.382)	Reservas de reavaliação	400.778	418.606
Permanente	2.347.373	2.385.112	Reservas de lucros	302.732	203.507
Investimentos	400.369	329.190	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativo	130.548	134.542
Participações em coligadas e controladas:	387.918	317.141	Lucros acumulados	746.040	1.129.887
No País (nota 10 (a))	367.323	288.022	Patrimônio líquido (nota 16)	6.663.640	5.771.552
No exterior	20.595	29.119	Capital de domiciliados no País	5.083.532	3.885.000
Outros investimentos	23.525	33.397	Reservas de capital	10	10
Provisão para perdas	(11.074)	(21.348)	Reservas de reavaliação	400.778	418.606
Imobilizado de uso (nota 10(b))	1.612.221	1.575.679	Reservas de lucros	302.732	203.507
Imóveis de usc	209.728	211.005	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativo	130.548	134.542
Reavaliações de imóveis de usc	574.346	582.772	Lucros acumulados	746.040	1.129.887
Outras imobilizações de usc	2.058.330	1.818.813	Patrimônio líquido (nota 16)	147.786.559	150.495.476
Depreciações acumuladas:	(1.230.183)	(1.036.911)			
Diferido (nota 10(c))	334.783	480.243			
Gastos de organização e expansões	973.050	1.068.346			
Amortizações acumuladas:	(638.267)	(588.103)			
	147.786.559	150.495.476			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e semestre findo em 31 de dezembro de 2004

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercícios	
	2004	2004	2003
Receitas da intermediação financeira	10.594.799	21.344.249	25.050.909
Operações de crédito	3.019.143	5.681.680	5.335.876
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.849.785	12.135.216	14.732.131
Resultado com instrumentos financeiros derivativo	102.879	35.033	328.147
Resultado das aplicações compulsórias	1.622.992	3.492.320	4.654.755
Despesas da intermediação financeira	(6.348.575)	(13.094.492)	(16.486.175)
Operações de captação no mercado	(5.742.232)	(11.726.132)	(14.436.536)
Operações de empréstimos, cessões e repasse:	(437.687)	(862.061)	(786.254)
Resultado de câmbio	(793)	(422)	(1.341)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(167.863)	(505.877)	(1.262.044)
Resultado bruto da intermediação financeira	4.246.224	8.249.757	8.564.734
Outras receitas/despesas operacionais	(3.339.371)	(6.454.938)	(6.365.664)
Receitas de prestação de serviços (nota 19(a))	2.535.491	4.648.273	4.593.942
Resultado de participações em coligadas e controladas	22.920	71.372	64.610
Despesas de pessoal (nota 19(b))	(2.557.720)	(4.739.574)	(4.030.200)
Outras despesas administrativas (nota 19(b))	(2.144.122)	(3.949.201)	(3.683.116)
Despesas tributárias	(329.572)	(728.670)	(688.941)
Outras receitas operacionais (nota 19(c))	825.539	1.488.918	2.761.920
Outras despesas operacionais (nota 19(c))	(1.691.907)	(3.246.056)	(5.383.879)
Resultado operacional	906.853	1.794.819	2.199.070
Resultado não operacional	(15.193)	(52.404)	46.409
Resultado antes da tributação sobre o lucro	891.660	1.742.415	2.245.479
Imposto de renda e contribuição social (nota 18(b))	27.569	(134.979)	(479.425)
Despesa de imposto de renda	15.087	(67.281)	(240.839)
Despesa de contribuição social	3.091	(18.366)	(64.910)
Ativo fiscal diferido	9.391	(49.332)	(173.676)
Resultado antes da participação dos empregados	919.229	1.607.436	1.766.054
Participações dos empregados no lucro (nota 19(h))	(123.172)	(187.634)	(149.909)
Lucro líquido do semestre/exercício	796.057	1.419.802	1.616.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e semestre findo em 31 de dezembro de 2004

(Em milhares de Reais)

	Capital	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros Legal e outras	Ajuste a valor de mercado	Lucros/ acumulados	Total
Saldo em 1º de julho de 2004	3.885.000	10	409.736	279.674	155.214	1.429.150	6.158.784
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	(24.666)	-	(24.666)
Aumento de capital	1.198.532	-	-	(68.645)	-	(1.129.887)	-
Reversão de reservas	-	-	(3.845)	-	-	-	(3.845)
Doações	-	-	-	-	-	-	-
Encargos tributários sobre reavaliação	-	-	4.264	-	-	-	4.264
Reserva de reavaliação em coligadas/controladas	-	-	13	-	-	-	13
Realização de reserva	-	-	(9.390)	-	-	9.390	-
Lucro líquido no semestre	-	-	-	-	-	796.057	796.057
Destinações do lucro líquido: (nota 16(e))							
Reserva legal	-	-	-	49.185	-	(49.185)	-
Reserva de loterias	-	-	-	42.518	-	(42.518)	-
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(255.055)	(255.055)
Dividendos	-	-	-	-	-	(11.912)	(11.912)
Saldo em 31 de dezembro de 2004	<u>5.083.532</u>	<u>10</u>	<u>400.778</u>	<u>302.732</u>	<u>130.548</u>	<u>746.040</u>	<u>6.663.640</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2004	3.885.000	10	418.606	203.507	134.542	1.129.887	5.771.552
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	(3.994)	-	(3.994)
Aumento de capital	1.198.532	-	-	(68.645)	-	(1.129.887)	-
Reversão de reservas	-	-	(8.018)	-	-	-	(8.018)
Encargos tributários sobre reavaliação	-	-	9.131	-	-	-	9.131
Reserva de reavaliação em coligadas/controladas	-	-	(17)	-	-	-	(17)
Realização de reserva	-	-	(18.924)	-	-	18.924	-
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	-	1.419.802	1.419.802
Destinações do lucro líquido: (nota 16(e))							
Reserva legal	-	-	-	80.372	-	(80.372)	-
Reserva de loterias	-	-	-	87.498	-	(87.498)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(512.904)	(512.904)
Dividendos	-	-	-	-	-	(11.912)	(11.912)
Saldo em 31 de dezembro de 2004	<u>5.083.532</u>	<u>10</u>	<u>400.778</u>	<u>302.732</u>	<u>130.548</u>	<u>746.040</u>	<u>6.663.640</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2003	3.345.727	54.973	508.268	216.816	(256.730)	759.067	4.628.121
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	391.272	-	391.272
Aumento de capital	539.273	-	-	(162.761)	-	(376.512)	-
Reversão de reservas - Lei nº 8.200	-	(54.973)	(10.276)	-	-	54.973	(10.276)
Doações	-	10	-	-	-	-	10
Encargos tributários sobre reavaliação	-	-	20.650	-	-	-	20.650
Reserva de reavaliação em coligadas/controladas	-	-	(272)	-	-	-	(272)
Realização de reserva	-	-	(99.764)	-	-	99.764	-
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	-	1.616.145	1.616.145
Destinações do lucro líquido: (nota 16(e))							
Reserva legal	-	-	-	80.807	-	(80.807)	-
Reserva de loterias	-	-	-	68.645	-	(68.645)	-
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(64.183)	(64.183)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(498.924)	(498.924)
Dividendos	-	-	-	-	-	(310.991)	(310.991)
Saldo em 31 de dezembro de 2003	<u>3.885.000</u>	<u>10</u>	<u>418.606</u>	<u>203.507</u>	<u>134.542</u>	<u>1.129.887</u>	<u>5.771.552</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e semestre findo em 31 de dezembro de 2004

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercícios	
	2004	2004	2003
Origens de recursos	32.370.919	26.299.302	28.744.248
Lucro do período	989.491	1.786.066	2.032.837
Lucro líquido do semestre/exercício	796.057	1.419.802	1.616.145
Depreciações e amortizações	216.354	437.636	481.302
Resultado de participações em coligadas e controladas	(22.920)	(71.372)	(64.610)
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	391.272
Recursos originários de:	31.371.289	24.292.728	26.145.122
Aumento dos subgrupos do passivo	9.457.155	16.616.404	24.236.615
Depósitos	7.934.637	10.748.347	4.418.041
Captações no mercado aberto	-	-	15.179.545
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	803.865	1.842.129
Relações interfinanceiras	-	6.150	-
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	1.522.518	2.811.255	2.796.900
Outras obrigações	-	2.246.787	-
Diminuição dos subgrupos do ativo	21.914.134	7.676.324	1.908.507
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.830.531	681.176	1.666.303
Títulos e valores mobiliários	5.983.167	4.692.082	-
Relações interfinanceiras	4.728.359	2.252.971	-
Relações interdependências	2.372.077	43.896	226.731
Outros valores e bens	-	6.199	15.473
Alienação de bens e investimentos	10.139	180.350	133.972
Investimentos	1.789	11.317	757
Imobilizado	8.350	169.033	133.215
Baixas no diferido	-	20.003	6
Juros sobre capital próprio	-	20.155	41.039
Aplicações de recursos	32.278.898	26.163.957	28.776.758
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	24.666	3.994	-
Inversões em:	439.911	462.783	304.150
Investimentos	1.461	11.124	289
Imobilizado	438.450	451.659	303.861
Aplicações no diferido	42.284	85.154	156.824
Recursos aplicados em:	31.505.070	25.087.210	27.441.686
Aumento dos subgrupos do ativo	2.632.204	4.869.801	24.159.561
Títulos e valores mobiliários	-	-	20.158.474
Relações interfinanceiras	-	-	1.154.017
Operações de crédito	2.142.305	3.687.393	2.233.428
Outros créditos	472.232	1.182.408	613.642
Outros valores e bens	17.667	-	-
Diminuição dos subgrupos do passivo	28.872.866	20.217.409	3.282.125
Captações no mercado aberto	25.548.525	20.065.626	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	614.440	-	-
Relações interfinanceiras	391.618	-	82.115
Relações interdependências	2.127.432	29.953	219.446
Obrigações por empréstimos	9.410	8.921	59.376
Instrumentos financeiros e derivativos	71.347	112.909	12.130
Outras obrigações	110.094	-	2.909.058
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores			64.183
Dividendos propostos	11.912	11.912	310.991
Juros sobre o capital próprio	255.055	512.904	498.924
Aumento/(redução) das disponibilidades	92.021	135.345	(32.510)
Modificações nas disponibilidades			
Início do período	608.536	565.212	597.722
Fim do período	700.557	700.557	565.212
Aumento/(redução) das disponibilidades	92.021	135.345	(32.510)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da Empresa se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA está autorizada a atuar em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infra-estrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos e de programas, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, possuindo contabilidade própria, sendo suas operações apresentadas em demonstrações financeiras segregadas.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis estão assim resumidas:

a. Apuração do resultado

Apurado pelo regime de competência de exercícios.

b. Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e, quando aplicável, ajustado pelo valor de mercado ou de realização.

- **Títulos e valores mobiliários** - O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da Circular nº 3.068/01, estabeleceu um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários que são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada “Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos”, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- **Instrumentos financeiros derivativos** - Da mesma forma, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os Instrumentos Financeiros Derivativos passaram a ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações realizadas pela CAIXA, envolvendo derivativos, visam a atender às necessidades próprias e de seus clientes e, também, a reduzir os riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A Administração desses riscos é efetuada pela definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles internos e determinação de limites das posições.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida são classificados como *hedge* de acordo com a sua natureza:

- **Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos Instrumentos Financeiros Derivativos relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.
- **Hedge de fluxo de caixa** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é ajustada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado.

Quando o instrumento financeiro derivativo for contratado em negociação associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/02, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor de mercado do derivativo.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
Sem atraso	AA
Até 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 61º dia em rendas a apropriar.

As operações em atraso, classificadas como nível “H”, permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

c. Permanente

Apresentado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Reavaliações de imóveis efetuadas em dezembro de 2002 (a cada quatro anos);
- Provisões para desvalorizações de outros investimentos, quando aplicável;
- A depreciação do imobilizado é computada pelo método linear, a taxas anuais que consideram as estimativas de vida útil econômica dos bens, sendo imóveis de uso - 4%; equipamentos - 10%; veículos - 20%; e outros bens de uso - 10% a 20%; e
- A amortização do diferido é calculada pelo método linear no prazo de até 5 (cinco) anos.

d. Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias "pro rata" dia e cambiais incorridos.

A contribuição ao PASEP foi calculada à alíquota de 0,65%, e a contribuição à COFINS foi apurada à alíquota de 4%, de acordo com as respectivas legislações vigentes. Até agosto de 2003, a contribuição à COFINS foi apurada à alíquota de 3%.

A provisão para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10%, a título de adicional, conforme limite estabelecido em Lei. A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi constituída à alíquota de 9%, incidindo sobre o lucro líquido ajustado antes do imposto de renda.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

	2004	2003
Aplicações no mercado aberto	<u>4.249.985</u>	<u>4.731.161</u>
Posição bancada	<u>814</u>	<u>39.595</u>
Letras Financeiras do Tesouro	-	600
Letras do Tesouro Nacional	814	38.995
Posição financiada	<u>4.249.171</u>	<u>4.691.566</u>
Letras Financeiras do Tesouro	50.015	2.873.651
Letras do Tesouro Nacional	4.199.156	1.680.047
Notas do Tesouro Nacional	-	63.935
Notas do Banco Central	-	73.933
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>-</u>	<u>200.000</u>
	<u>4.249.985</u>	<u>4.931.161</u>

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. *Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos*

Categoria	2004	2003
Títulos para negociação	28.100.816	23.054.404
Títulos disponíveis para venda	7.423.066	8.199.020
Títulos mantidos até o vencimento	37.222.210	46.256.646
Instrumentos financeiros derivativos	<u>87.778</u>	<u>15.882</u>
	<u>72.833.870</u>	<u>77.525.952</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	2004	2003
Carteira própria	<u>62.276.222</u>	<u>47.138.521</u>
Títulos de renda fixa	<u>61.920.689</u>	<u>46.801.587</u>
Letras Financeiras do Tesouro	44.245.658	44.385.181
Letras do Tesouro Nacional	9.552.103	35.776
Notas do Tesouro Nacional	965.702	1.235.665
Notas do Banco Central	37.490	41.760
Certificado Financeiro do Tesouro	53.148	459.274
Créditos securitizados	6.997.452	579.473
Outros títulos	69.136	64.458
Cotas de fundos de investimentos - FND	<u>342.711</u>	<u>320.749</u>
Cotas de fundo de renda variável - Fundo Imobiliário	<u>12.822</u>	<u>16.185</u>
Títulos vinculados	<u>10.469.870</u>	<u>30.371.549</u>
Operações compromissadas	<u>9.829.234</u>	<u>29.545.642</u>
Letras Financeiras do Tesouro	9.000.518	23.124.911
Letras do Tesouro Nacional	-	5.327.567
Notas do Tesouro Nacional	777.290	867.616
Notas do Banco Central	51.426	225.548
Banco Central	<u>559.033</u>	<u>491.790</u>
Letras Financeiras do Tesouro		342.148
Letras do Tesouro Nacional	559.033	149.642
Prestação de garantias	<u>81.603</u>	<u>334.117</u>
Letras Financeiras do Tesouro	-	325.885
Letras do Tesouro Nacional	81.603	8.232
Instrumentos financeiros derivativos	<u>87.778</u>	<u>15.882</u>
	<u>72.833.870</u>	<u>77.525.952</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

c. Classificação consolidada por categorias e prazos

Títulos	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação	<u>16.164.478</u>	<u>11.659.071</u>	<u>272.304</u>	<u>4.963</u>	<u>28.100.816</u>	<u>28.096.807</u>	<u>28.100.816</u>
Letras Financeiras do Tesouro	8.089.697	9.444.010	-	-	17.533.707	17.487.235	17.533.707
Letras do Tesouro Nacional	7.712.885	2.164.689	-	-	9.877.574	9.934.580	9.877.574
Notas do Tesouro Nacional	349.074	50.372	272.304	-	671.750	657.832	671.750
Debêntures Petrobras	-	-	-	4.963	4.963	4.338	4.963
Cotas de Fundo de Renda Variável - Fundo Imobiliário	12.822	-	-	-	12.822	12.822	12.822
Títulos disponíveis para venda	<u>2.892.369</u>	<u>3.657.386</u>	<u>18.728</u>	<u>854.583</u>	<u>7.423.066</u>	<u>7.196.923</u>	<u>7.423.066</u>
Letras Financeiras do Tesouro	2.027.014	3.165.992	-	307.964	5.500.970	5.382.836	5.500.970
Letras do Tesouro Nacional	315.165	-	-	-	315.165	315.658	315.165
Notas do Tesouro Nacional	156.054	398.579	18.728	433.608	1.006.969	911.790	1.006.969
Notas do Banco Central	-	88.916	-	-	88.916	76.417	88.916
CFT	-	-	-	53.148	53.148	60.467	53.148
CVS	-	-	-	145	145	145	145
ELET	50.869	-	-	-	50.869	50.016	50.869
TDA	556	54	-	165	775	757	775
Debêntures Petrobras	-	-	-	59.553	59.553	52.052	59.553
Títulos estaduais	-	3.845	-	-	3.845	4.074	3.845
Cotas de Fundos de Investimentos - FND	342.711	-	-	-	342.711	342.711	342.711
Títulos mantidos até o vencimento	<u>19.846.395</u>	<u>10.411.049</u>	<u>59.221</u>	<u>6.905.545</u>	<u>37.222.210</u>	<u>37.222.210</u>	<u>33.907.325</u>
Letras Financeiras do Tesouro	19.800.450	10.411.049	-	-	30.211.499	30.211.499	30.234.959
Notas do Tesouro Nacional	-	-	59.221	5.052	64.273	64.273	44.719
CVS	-	-	-	6.900.493	6.900.493	6.900.493	3.581.942
SUNA	45.945	-	-	-	45.945	45.945	45.705
Instrumentos financeiros derivativos	<u>87.778</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>87.778</u>	<u>87.778</u>	<u>87.778</u>
Total - 2004	<u>38.991.020</u>	<u>25.727.506</u>	<u>350.253</u>	<u>7.765.091</u>	<u>72.833.870</u>	<u>72.603.718</u>	<u>69.518.985</u>
Total - 2003	<u>28.143.703</u>	<u>43.752.495</u>	<u>4.244.094</u>	<u>1.385.660</u>	<u>77.525.952</u>	<u>77.045.095</u>	<u>77.581.793</u>

As Cotas de Fundo de Renda Variável - Fundo Imobiliário e as Cotas de Fundos de Investimento - FND, apesar de estarem classificadas com prazo até um ano, estas não possuem vencimento.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Em 30 de dezembro de 2004, a CAIXA recebeu do Tesouro Nacional R\$ 6.264.088 em títulos CVS A, B, C e D, referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento é em 2027, sendo a remuneração baseada na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Com base na Medida Provisória nº 2.196-3 de 24 de agosto de 2001, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. Ciente de que a permuta, quando necessária, será realizada e considerando a capacidade financeira da CAIXA, a Administração decidiu classificar os referidos títulos, bem como os títulos já existentes em estoque no montante de R\$ 634.891, na categoria mantidos até o vencimento e avaliados ao seu valor de custo atualizado.

Os títulos CVS no valor de R\$ 145 classificados na categoria disponíveis para venda são destinados a pagamento de obrigações da CAIXA com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelo seu valor de face, razão pela qual não é efetuada sua marcação a valor de mercado.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

d. Efeitos do ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no exercício

Títulos disponíveis para venda	Ajuste positivo	Ajuste negativo	Ajuste líquido no patrimônio	Saldo no patrimônio
Letras Financeiras do Tesouro	1.047	66.472	(65.425)	118.133
Letras do Tesouro Nacional	-	1.014	(1.014)	(494)
Notas do Tesouro Nacional	-	29.908	(29.908)	75.080
Notas do Banco Central	-	35.924	(35.924)	4.267
Debêntures Petrobras	1.155	-	1.155	7.500
Títulos estaduais	154	-	154	(229)
Títulos da Dívida Agrária	-	41	(41)	18
CFT	29.429	223	29.206	(7.31)
ELETROBRÁS	-	1.357	(1.357)	852
CVS	-	87	(87)	-
Ajustes originados de coligadas	-	15	(15)	(6)
Instrumentos Financeiros Derivativos (swap)	64.160	-	64.160	-
Tributos sobre o valor de mercado	<u>35.102</u>	<u>-</u>	<u>35.102</u>	<u>(67.25)</u>
	<u>131.047</u>	<u>135.041</u>	<u>(3.994)</u>	<u>130.548</u>

- e. Os títulos com variação cambial e os Instrumentos Financeiros Derivativos de swap a eles vinculados, classificados na categoria II - Títulos disponíveis para venda, em decorrência de suas características de hedge de risco de mercado tiveram seus ajustes a valor de mercado lançados no resultado do exercício, no montante de R\$ 28.334. Apresenta-se, a seguir, a carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos designados a hedge e os respectivos itens objeto de hedge.

Item objeto de hedge

Ativo	Valor de mercado	
	2004	2003
Títulos cambiais	<u>390.625</u>	<u>1.093.164</u>
NBC-E	51.427	225.548
NTN-D	339.198	867.616

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Passivo	Valor de referência	
	2004	2003
Instrumentos financeiros derivativos	<u>367.491</u>	<u>1.024.825</u>
Contratos de <i>swap</i>	367.491	1.024.825

O percentual de efetividade apurado para a carteira de *hedge* em 31 de dezembro de 2004 foi de 108,24%. A metodologia utilizada foi a de média ponderada, considerando como fator de ponderação o valor original dos contratos.

f. Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza-se de Instrumentos Financeiros Derivativos, classificando as posições próprias de contratos futuros negociados na BM&F em “Destinadas a *Hedge*” de Risco de Mercado, mantendo posição em contratos futuros de DI de um dia, visando à proteção da oscilação de preços das posições próprias de Títulos Públicos Federais prefixados, garantindo a rentabilidade das operações.

Derivativos	2004	2003
Contratos futuros (DI)	<u>27.447</u>	<u>23.703</u>
Compromissos de compra	27.447	23.703

Utiliza-se do instrumento derivativo *swap* para proteção às posições próprias de Títulos Públicos Federais indexados à variação cambial, objetivando proteção contra riscos de oscilação de preços e flutuações cambiais.

As estratégias de *hedge* das posições patrimoniais estão em consonância com as análises macroeconômicas.

Conforme Circular nº 3.082/02 do Banco Central, as operações da CAIXA com Instrumentos Financeiros Derivativos estão enquadradas como “*Hedge* de Risco de Mercado”.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

2003 - Contratos - Instrumento de Hedge

Todos os contratos foram negociados em Bolsa (BM&F)

Contratos de swap	Contraparte	Valor original	Valor da curva	Valor de mercado	Ganhos/perdas não realizados	Faixa de vencimento
Ponta ativa						
CDI	Instituição	-	-	-	-	Até 30 dias
CDI	Instituição	188.335	274.421	274.844	423	De 31 a 60 dias
CDI	Instituição	94.359	141.000	141.304	304	De 61 a 90 dias
CDI	Instituição	-	-	-	-	De 91 a 180 dias
CDI	Instituição	147.094	216.518	219.232	2.714	De 181 a 360 dias
CDI	Instituição	265.525	<u>399.845</u>	<u>405.915</u>	<u>6.070</u>	De 1 a 5 anos
			<u>1.031.784</u>	<u>1.041.295</u>	<u>9.511</u>	
Passivo						
Dólar	Instituição	-	-	-	-	Até 30 dias
Dólar	Instituição	188.335	268.541	270.733	2.192	De 31 a 60 dias
Dólar	Instituição	94.359	133.925	135.827	1.902	De 61 a 90 dias
Dólar	Instituição	-	-	-	-	De 91 a 180 dias
Dólar	Instituição	147.094	220.441	243.269	22.828	De 181 a 360 dias
Dólar	Instituição	265.525	<u>401.918</u>	<u>452.045</u>	<u>50.127</u>	De 1 a 5 anos
			<u>1.024.825</u>	<u>1.101.874</u>	<u>77.049</u>	

2004 - Contratos - Instrumento de Hedge

Todos os contratos foram negociados em Bolsa (BM&F).

Contratos de swap	Contraparte	Valor original	Valor da curva	Valor de mercado	Ganhos/perdas não realizados	Faixa de vencimento
Ponta ativa						
CDI	Instituição	103.460	181.889	182.016	127	Até 30 dias
CDI	Instituição	-	-	-	-	De 31 a 60 dias
CDI	Instituição	5.926	10.617	10.539	(78)	De 61 a 90 dias
CDI	Instituição	1.671	2.926	2.943	17	De 91 a 180 dias
CDI	Instituição	7.135	12.720	12.735	15	De 181 a 360 dias
CDI	Instituição	117.915	<u>210.237</u>	<u>212.527</u>	<u>2.290</u>	De 1 a 5 anos
			<u>418.389</u>	<u>420.760</u>	<u>2.371</u>	
Passivo						
Dólar	Instituição	103.460	155.523	156.054	531	Até 30 dias
Dólar	Instituição	-	-	-	-	De 31 a 60 dias
Dólar	Instituição	5.926	9.222	9.408	186	De 61 a 90 dias
Dólar	Instituição	1.671	2.562	2.632	70	De 91 a 180 dias
Dólar	Instituição	7.135	11.186	11.860	674	De 181 a 360 dias
Dólar	Instituição	117.915	<u>188.998</u>	<u>211.580</u>	<u>22.582</u>	De 1 a 5 anos
			<u>367.491</u>	<u>391.534</u>	<u>24.043</u>	

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Utiliza-se, ainda, do instrumento derivativo *swap* contratado em negociação associada à operação de captação de recursos, cuja valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado não é registrada nos termos da Circular BACEN nº 3.150/02. Os valores referenciais dos contratos de *swap* montam a R\$ 8.522.844; o diferencial a receber, a R\$ 54.369; e o diferencial a pagar, a R\$ 67.752.

A margem de garantia de operações com Instrumentos Financeiros Derivativos requerida em 31 de dezembro de 2004 perfaz o montante de R\$ 64.174, representada por Letras do Tesouro Nacional com vencimento em 1º de abril 2005.

Os principais riscos inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos são os de crédito, de mercado e operacional, todos similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros.

O risco de mercado é a probabilidade de perdas causadas pelo impacto de flutuações de preços, índices ou taxas (juros, câmbio, ações, *commodities* e preços) sobre os instrumentos financeiros que compõem o patrimônio de uma empresa (aumento no passivo, diminuição do ativo).

O risco de crédito é a probabilidade de perdas decorrentes de inadimplemento da contraparte de quaisquer instrumentos financeiros, que estejam registradas no ativo de uma empresa, gerando falta de recebimento de outra parte. É o risco de perda em razão das mudanças na capacidade da contraparte em cumprir as obrigações contratuais com o credor. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários em dinheiro. Os contratos de *swap*, registrados na Cetip e na BM&F, estão sujeitos a risco de crédito no caso de a contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "swap" em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 395.983 (2003 - R\$ 318.040).

Risco Operacional é a possibilidade de perdas decorrentes de falhas ou inadequação de sistemas, de processos operacionais, de pessoas ou de eventos externos à CAIXA; inclui o risco legal e exclui os riscos estratégico e reputacional.

A metodologia de avaliação e mensuração do valor de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos utiliza como parâmetro o valor líquido provável de realização obtido mediante a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, divulgados pela BM&F, pela ANDIMA e pelo Banco Central do Brasil.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

O modelo de mensuração do valor de mercado tem como premissa a construção de curvas de taxas de juros para cada fator de risco identificado, utilizando os preços de negócios ou ofertas firmes de um instrumento financeiro ou preços de mercado de um instrumento financeiro derivado de algum modelo ou processamento independente e tendo como fontes de informação: 1. Preços públicos ou preços disponíveis abertos a todas as instituições; e/ou 2. Preços decorrentes de coletas privadas.

As posições desses derivativos, que se referem a contratos de *swap*, têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes, em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 8.786.401 (2003 - R\$ 8.500.389). O diferencial a pagar nessa data monta a R\$ 71.936 (2003 - R\$ 184.845) e o diferencial a receber, a R\$ 87.778 (2003 - R\$ 15.882).

6 Relações interfinanceiras - Créditos vinculados

- a. Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.
- b. A rubrica "Sistema Financeiro da Habitação - SFH" inclui preponderantemente os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, no montante de R\$ 20.890.797, e provisões, de R\$ 4.823.902, conforme demonstrativo a seguir, que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Situação dos contratos	Saldo	Provisão
Não habilitados	3.615.149	1.441.896
Habilitado e não homologado	4.428.372	2.432.939
Habilitados e homologados	<u>12.847.276</u>	<u>949.067</u>
Saldo - Dezembro de 2004	<u>20.890.797</u>	<u>4.823.902</u>
Saldo - Dezembro de 2003	<u>25.650.024</u>	<u>4.844.250</u>

Em 30 de dezembro de 2004 a União e a CAIXA celebraram contrato de novação de dívida do FCVS, o que resultou no recebimento de títulos CVS nos valores de R\$ 6.264.088 e R\$ 357.999 em espécie, perfazendo o montante de R\$ 6.622.087 (vide Nota Explicativa nº 5(c)). Nessa novação foi registrada uma perda de R\$ 405.492, correspondente a 5,77%, que já se encontrava devidamente provisionado.

Com base nas mesmas considerações pelas quais os títulos CVS estão registrados na carteira de títulos na categoria mantidos até o vencimento e, conseqüentemente, estão avaliados ao valor de custo atualizado, nenhuma provisão foi constituída para trazer esses créditos ao valor de mercado (vide Nota Explicativa nº 5(c)).

7 Carteira de crédito

a. Composição das carteiras de crédito por tipo de operação

Descrição	2004	2003
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	10.643.199	8.054.746
Financiamentos imobiliários	17.225.863	16.420.058
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	1.110.018	793.459
Avais e fianças honrados	12.352	-
Outros créditos	<u>1.171.318</u>	<u>877.838</u>
	<u>30.162.750</u>	<u>26.146.101</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição por setor de atividade das operações de crédito

Descrição	2004	%	2003	%
Setor público federal	<u>968.714</u>	<u>3,21</u>	<u>936.133</u>	<u>3,58</u>
Governo	<u>968.579</u>	<u>3,21</u>	<u>935.843</u>	<u>3,58</u>
Administração direta	968.579	3,21	935.843	3,58
Atividades empresariais	<u>135</u>	<u>-</u>	<u>290</u>	<u>-</u>
Intermediários financeiros	82	-	258	-
Outros serviços	53	-	32	-
Setor público estadual	<u>799.828</u>	<u>2,65</u>	<u>380.895</u>	<u>1,45</u>
Governo - Administração direta	<u>494.946</u>	<u>1,64</u>	<u>130.224</u>	<u>0,50</u>
Atividades empresariais	<u>304.882</u>	<u>1,01</u>	<u>250.671</u>	<u>0,95</u>
Indústria	292.277	0,97	238.878	0,91
Intermediários financeiros	12.336	0,04	11.738	0,04
Outros serviços	269	-	55	-
Setor público municipal	<u>150.083</u>	<u>0,50</u>	<u>96.163</u>	<u>0,37</u>
Governo	<u>117.589</u>	<u>0,39</u>	<u>83.292</u>	<u>0,32</u>
Administração direta	117.454	0,39	83.276	0,32
Administração indireta	135	-	16	-
Atividades empresariais	<u>32.494</u>	<u>0,11</u>	<u>12.871</u>	<u>0,05</u>
Indústria	32.417	0,11	12.740	0,05
Outros serviços	77	-	131	-

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Descrição	2004	%	2003	%
Setor privado	<u>28.244.125</u>	<u>93,64</u>	<u>24.732.910</u>	<u>94,60</u>
Rural	4.230	0,01	3.927	0,02
Indústria	227.577	0,75	123.604	0,47
Comércio	698.180	2,31	452.551	1,73
Intermediários financeiros	303.133	1,00	303.088	1,16
Outros serviços	3.776.393	12,52	3.039.041	11,62
Pessoas físicas	6.865.421	22,76	5.113.815	19,56
Habitação - PF/PJ	<u>16.369.191</u>	<u>54,29</u>	<u>15.696.884</u>	<u>60,04</u>
	<u>30.162.750</u>	<u>100,00</u>	<u>26.146.101</u>	<u>100,00</u>

c. Concentração dos principais devedores

	2004	% da carteira	2003	% da carteira
Principal devedor (1)	675.783	2,24	667.566	2,55
10 maiores devedores	1.925.292	6,38	1.586.040	6,06
20 maiores devedores	2.191.533	7,27	1.780.612	6,81
50 maiores devedores	2.517.130	8,35	2.006.339	7,67
100 maiores devedores	2.675.533	8,87	2.138.681	8,17

(1) Refere-se a financiamentos ao setor público de contratos de refinanciamento de dívidas do Governo Federal, realizados com base na Lei nº 8.727/93, sendo a União responsável pela sua liquidação. A Medida Provisória nº 2.181-45 (anteriormente Medida Provisória nº 2.103-42), de 24 de agosto de 2001, autorizou a União a antecipar a liquidação desses contratos. Sobre esses contratos incidem juros anuais de até 12%, mais atualização de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR). Essas operações de refinanciamento estão garantidas pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

d. Composição das operações de crédito por faixa de vencimento

	<u>2004</u>			<u>2003</u>
	Setor público	Setor privado	Total	Total
Curto prazo	<u>93.234</u>	<u>10.660.201</u>	<u>10.753.435</u>	<u>8.784.550</u>
De 0 a 90 dias	27.938	4.423.988	4.451.926	3.556.283
De 91 a 360 dias	65.296	6.236.213	6.301.509	5.228.267
Longo prazo	<u>1.825.217</u>	<u>16.255.793</u>	<u>18.081.010</u>	<u>15.936.169</u>
De 1 ano até 3 anos	155.861	9.200.934	9.356.795	7.832.545
De 3 anos até 5 anos	396.590	4.718.886	5.115.476	4.610.489
De 5 anos até 15 anos	715.391	2.333.506	3.048.897	3.084.119
Mais de 15 anos	557.375	2.467	559.842	409.016
Total normal	<u>1.918.451</u>	<u>26.915.994</u>	<u>28.834.445</u>	<u>24.720.719</u>
Total vencido	<u>176</u>	<u>1.328.129</u>	<u>1.328.305</u>	<u>1.425.382</u>
Total geral	<u>1.918.627</u>	<u>28.244.123</u>	<u>30.162.750</u>	<u>26.146.101</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

e. Classificação por modalidade e níveis de risco das operações de crédito

Nível de risco	Empréstimos e títulos descontados		Financiamentos imobiliários, de infra-estrutura e desenvolvimento		Outros créditos		Total em	
	Financiamentos				2004	%	2003	%
AA	632.954	690.904	591.288	896	1.916.042	6,35	1.731.226	6,62
A	2.797.800	413.868	5.461.361	31.432	8.704.461	28,86	8.186.366	31,31
B	1.321.220	401.596	1.991.783	481.288	4.195.887	13,91	3.580.044	13,69
C	1.714.349	109.526	3.273.821	22.787	5.120.483	16,98	3.799.786	14,53
D	1.239.319	168.211	4.897.213	248.931	6.553.674	21,73	5.409.634	20,69
E	98.767	18.235	479.572	9.213	605.787	2,01	544.338	2,08
F	83.313	39.972	300.987	1.862	426.134	1,41	412.798	1,58
G	112.822	13.226	185.794	646	312.488	1,04	245.820	0,94
H	485.963	301.154	1.154.062	386.615	2.327.794	7,72	2.236.089	8,56
	<u>8.486.507</u>	<u>2.156.692</u>	<u>18.335.881</u>	<u>1.183.670</u>	<u>30.162.750</u>	<u>100,00</u>	<u>26.146.101</u>	<u>100</u>

f. Composição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de risco	Empréstimos e títulos descontados		Financiamentos imobiliários, de infra-estrutura e desenvolvimento		Outros créditos		Total em	
	Financiamentos				2004	%	2003	%
A	13.989	2.069	27.306	157	43.521	1,13	40.932	1,08
B	13.212	4.015	19.917	4.812	41.956	1,09	40.650	1,08
C	51.430	3.285	98.214	683	153.612	4,00	156.697	4,15
D	126.161	16.821	488.358	24.893	656.233	17,10	756.479	20,04
E	29.630	5.470	143.871	2.764	181.735	4,74	163.775	4,34
F	41.656	19.986	150.493	930	213.065	5,55	206.401	5,47
G	78.975	9.258	130.055	452	218.740	5,70	174.553	4,62
H	485.963	301.154	1.154.062	386.615	2.327.794	60,67	2.236.089	59,23
	<u>841.016</u>	<u>362.058</u>	<u>2.212.276</u>	<u>421.306</u>	<u>3.836.656</u>	<u>100,00</u>	<u>3.775.576</u>	<u>100,00</u>

A CAIXA, para constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa procedia a uma estratificação compreendendo 99 (noventa e nove) níveis com intervalo de um ponto percentual entre cada um deles, distribuídos entre os *ratings* A (0,5%) e H (100%). Nesse exercício, em razão das melhorias ocorridas nos modelos de avaliação de riscos de crédito, passou-se a efetuar a provisão, observando-se rigorosamente os níveis de risco previstos na Resolução CMN nº 2.682/99. Essa mudança de metodologia gerou redução de R\$ 211 milhões nos estoques de provisão existentes em 31 de dezembro de 2004.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2004	2003
Saldo inicial - Dezembro de 2003/2002	3.775.576	3.454.303
Constituições	844.678	1.403.462
Transferência para prejuízo	(444.797)	(940.771)
Outras reversões/baixas	(338.801)	(141.418)
	<u>3.836.656</u>	<u>3.775.576</u>

h. Créditos renegociados, lançados a prejuízo e recuperados

	2004	2003
Valor das operações renegociadas no exercício	997.458	631.341
Valor das operações lançadas a prejuízo no exercício	444.797	940.771
Valor das operações lançadas a prejuízo e recuperadas no exercício	9.800	13.424

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

A rubrica “Rendas a receber” refere-se a valores a receber por conta da prestação de serviços.

	2004	2003
Dividendos e JCP a receber do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento	328.044	249.854
FGTS	156.410	141.931
Seguro-desemprego	61.600	52.381
Orçamento Geral da União	151.167	121.637
INSS (i)	59.067	507.169

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

	2004	2003
Cadastro social	143.665	136.212
Bolsa-Família	31.777	-
EMGEA - Empresa Gestora de Ativos	27.611	28.444
Programa Bolsa-escola	12.053	11.084
PIS	66.666	33.892
FIES	27.315	6.718
Outros	<u>13.854</u>	<u>40.551</u>
	<u>1.079.229</u>	<u>1.329.873</u>

- (i) A dívida do INSS decorrente de prestação de serviços de arrecadação, pagamento e informação GFIP, no valor de R\$ 614.542, foi reclassificada para o título “Adiantamento por conta da previdência social - Pagamentos a ressarcir - Outros créditos diversos”, em consonância com a Portaria nº 441 de 30 de dezembro de 2004 do Ministério da Fazenda que regula os procedimentos concernentes à realização de novação, pela União, de dívidas de responsabilidade de autarquias federais.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Diversos

	2004	2003
Adiantamentos	495.904	274.579
Créditos tributários (Nota Explicativa 18)	1.665.893	1.704.894
Devedores por depósitos em garantia	1.450.422	1.066.754
Impostos e contribuições a compensar	136.847	20.128
Pagamentos a ressarcir	662.061	47.863
Outros créditos com características de concessão de crédito	<u>1.171.318</u>	<u>877.838</u>
Devedores para a compra de valores e bens	66.854	91.847
Títulos e créditos a receber	<u>1.104.464</u>	<u>785.991</u>
Valores a receber - BAMERINDUS (iii)	302.941	302.941
Cartão de crédito	584.783	475.550
Governo do Estado da Bahia - EMBASA (ii)	213.930	-
Outros títulos e créditos a receber	2.810	7.500
Outros créditos sem características de concessão de crédito	<u>270.631</u>	<u>412.588</u>
Títulos e créditos a receber	270.631	412.588
Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA (i)	241.884	213.286
Governo do Estado da Bahia - EMBASA (ii)	-	184.032
Cartão de crédito	28.747	15.270
Devedores diversos	<u>751.662</u>	<u>662.889</u>
Valores a apropriar - Empréstimos e financiamentos (iv)	535.512	409.449
Seguros a receber	150.269	197.413
Outros devedores	65.881	56.027
Provisão para perdas - Devedores diversos (v)	<u>(203.398)</u>	<u>(328.340)</u>
	<u>6.401.340</u>	<u>4.739.193</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- (i) Refere-se à antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado de Pernambuco (COMPESA), remunerados pela TR mais 12% ao ano, os quais se encontram totalmente provisionados.
- (ii) Refere-se a contrato de confissão de dívida do Governo do Estado da Bahia (EMBASA), com distrato da promessa de compra e venda de ações ocasionando a reclassificação da operação, de Outros Créditos Sem Característica para Outros Créditos Com Característica de concessão de crédito.
- (iii) Referem-se a créditos com a Massa Falida do Bamerindus, originados preponderantemente pela aquisição de créditos imobiliários, os quais se encontram totalmente provisionados.
- (iv) Referem-se principalmente a valores registrados a débito de financiamentos imobiliários, não classificados pelo Sistema de Controle de Financiamentos - SIACI, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos. Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na Nota Explicativa 15(c).
- (v) Refere-se principalmente à provisão para perda líquida definitiva e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

c. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

De acordo com a Carta-Circular BACEN nº 3.048/02, os títulos e créditos a receber estão classificados como “com característica de concessão de crédito” e “sem característica de concessão de crédito”, conforme demonstrado a seguir:

	2004	2003
Provisão - Outros créditos com característica (Nota Explicativa 7(f))	(421.306)	(383.650)
Provisão - Outros créditos sem característica	<u>(241.884)</u>	<u>(39.732)</u>
	<u>(663.190)</u>	<u>(423.382)</u>

9 Outros valores e bens

Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA. A provisão para a desvalorização desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação elaborado por empresas especializadas.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

10 Ativo permanente

a. Investimentos

As participações em sociedades coligadas são substancialmente formadas pela CAIXA SEGUROS S.A. e são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As principais informações sobre a investida e o investimento posicionado em 31 de dezembro de 2004 estão apresentadas como segue:

	2004	2003
Investida		
Patrimônio líquido	980.428	879.124
Capital social	360.000	360.000
Quantidade de ações	16.930.108	16.930.108
Retenção de lucros	233.196	-
Reserva de reavaliação/retenção de lucros	626	89.972
Ganhos e perdas não realizados com TVM	(13)	19
Reserva de ágio	<u>218.448</u>	<u>285.252</u>
Lucro líquido no período	<u>168.171</u>	<u>143.881</u>
Valor patrimonial da ação - R\$	57,91	51,93
Investimento		
Quantidade de ações possuídas	8.161.426	8.161.426
Participação societária (%)	48,20658	48,20658
Valor contábil do investimento	367.323	288.022
Resultado da equivalência	<u>79.318</u>	<u>67.171</u>
Total de participações em coligadas	<u><u>367.323</u></u>	<u><u>288.022</u></u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Imobilizado de uso

	<u>2004</u>			<u>2003</u>
	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Imóveis de uso	784.074	(54.100)	729.974	763.803
Edificações	138.144	(13.829)	124.315	130.734
Reavaliação de edificações	433.201	(40.271)	392.930	418.188
Terrenos	71.584	-	71.584	72.053
Reavaliação de terrenos	141.145	-	141.145	142.828
Imobilizações em curso	292.026	-	292.026	216.323
Instalações, móveis e equipamento de uso	404.628	(226.302)	178.326	154.423
Sistema de comunicação	49.591	(29.384)	20.207	24.798
Sistema de processamento de dados	1.244.207	(893.635)	350.572	378.099
Sistema de transporte e segurança	67.878	(26.762)	41.116	38.217
Outras imobilizações de uso	-	-	-	16
	<u>2.842.404</u>	<u>(1.230.183)</u>	<u>1.612.221</u>	<u>1.575.679</u>

Com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 2.824/98, a CAIXA adota o procedimento de reavaliar os imóveis de uso. Assim sendo, e seguindo as regras da referida circular, em dezembro de 2002 foi realizada a reavaliação de 100% dos imóveis de uso.

c. Diferido

	2004	2003
Gastos em imóveis de terceiros	237.080	295.322
Gastos com projetos logísticos	601.231	593.572
Benfeitorias em imóveis próprios	134.739	179.452
Amortizações acumuladas	<u>(638.267)</u>	<u>(588.103)</u>
	<u>334.783</u>	<u>480.243</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

d. Enquadramento no índice de imobilização

O índice de imobilização situa-se em 35,23%, estando a CAIXA enquadrada na forma definida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.669/99, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

11 Depósitos e captações no mercado aberto

- a. Os depósitos a prazo incluem os judiciais no montante de R\$ 24.237.616 (2003 - R\$ 22.989.626), os quais são remunerados com base na Taxa Referencial (TR). Para os depósitos judiciais, nos âmbitos trabalhista e estadual, incidem, ainda, juros de 6% ao ano. Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

Depósitos	2004					2003
	À vista	A prazo	Poupança	Outros	Total	Total
Curto prazo	<u>5.969.669</u>	<u>28.693.446</u>	<u>48.963.863</u>	<u>23.770</u>	<u>83.650.748</u>	<u>73.870.326</u>
Sem vencimento	5.969.669	24.237.616	48.963.863	23.770	79.194.918	71.848.721
De 31 a 90 dias	-	3.492.707	-	-	3.492.707	1.092.027
De 91 a 360 dias	-	963.123	-	-	963.123	929.578
Longo prazo	<u>-</u>	<u>1.428.486</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.428.486</u>	<u>1.135.917</u>
	<u>5.969.669</u>	<u>30.121.932</u>	<u>48.963.863</u>	<u>23.770</u>	<u>85.079.234</u>	<u>75.006.243</u>
Captação no mercado aberto						
De 31 a 90 dias	-	-	-	-	9.801.607	29.424.846
De 91 a 360 dias	-	-	-	-	4.249.171	4.691.558
Acima de 360 dias	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.050.778</u>	<u>34.116.404</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- b. Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de outros fundos e programas, sendo atualizados os depósitos do FGTS pela taxa SELIC, conforme Resoluções n^os 279 e 295 do Conselho Curador do FGTS, de 17 de fevereiro e de 26 de agosto de 1998, e os demais - Especiais com remuneração, FAS, FISANE e PRODEC, atualizados pela TR. Os depósitos do PROGER e do FAT a aplicar são atualizados pela taxa SELIC e os já aplicados pela TJLP, os depósitos do PIS são atualizados pela taxa extramercado:

	2004	2003
Depósitos - FGTS	2.902.250	2.517.839
Depósitos - Especiais com remuneração	883.121	828.496
Depósitos - FAS	346.243	335.634
Depósitos - PROGER	2.120.145	1.781.160
Depósitos - FISANE	193.157	168.692
Depósitos - PRODEC	27.373	24.237
Depósitos - PIS	108.352	114.990
Depósitos - FAT	2.697	101.375
Depósitos - FIEL	36.565	33.732
Outros	<u>73.557</u>	<u>111.949</u>
	<u>6.693.460</u>	<u>6.018.104</u>

12 Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário

Captados por meio de letras hipotecárias e letras de crédito imobiliário, sobre as quais incidem encargos financeiros equivalentes à Taxa Referencial (TR), IGP-M ou INPC.

As emissões em TR são acrescidas de juros médios de 11,82% (incluindo todas as operações originais com e sem *swap*, ponderadas pelo saldo atualizado) e prazo mínimo de resgate de 180 dias.

As emissões em IGP-M e INPC são acrescidas de juros médios de 10,84% e 10,93% ao ano, respectivamente, e têm prazo mínimo de resgate de cinco anos.

As emissões de LCIs indexadas ao IGP-M e INPC são acrescidas de juros médios de 10,56% e 10,68% ao ano, respectivamente, e têm prazo mínimo de resgate de três anos.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

13 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 5,32% ao ano e a variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente, a dólares norte-americanos, com vencimentos até 2013.

14 Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

São compostas, substancialmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infra-estrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário estão sujeitas à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 15 anos.

15 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2004	2003
Impostos e contribuições a recolher	<u>279.919</u>	<u>252.871</u>
COFINS	44.597	44.029
PASEP	7.240	7.106
Sobre salários	164.954	111.148
Sobre serviços	63.128	90.588
Impostos e contribuições diferidos	<u>200.851</u>	<u>245.084</u>
IR sobre reserva de reavaliação - Edificações	98.232	104.946
CS sobre reserva de reavaliação - Edificações	35.364	37.781
IR sobre ajustes ao valor mercado - Títulos disponíveis para venda	49.452	75.263
CS sobre ajustes ao valor mercado - Títulos disponíveis para venda	17.803	27.094
Provisão para riscos fiscais	<u>996.744</u>	<u>847.638</u>
PASEP (i)	591.808	567.789
INSS (ii)	179.714	102.831
ISS (iii)	187.256	163.414
Outros	37.966	13.604
	<u>1.477.514</u>	<u>1.345.593</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- (i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis n°s 2.445 e 2.449/88, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993, nos valores de R\$ 2.691.943 de principal, R\$ 2.011.254 de multa e R\$ 5.538.357 de juros, a valores de 31 de dezembro de 2004.

A CAIXA apresentou recurso ao Conselho de Contribuintes, que avaliou o processo em 3 de fevereiro de 1999. De acordo com o voto do Conselheiro Relator, os elementos trazidos ao processo pela fiscalização não permitem a identificação de quais exclusões da base tributável do PASEP foram consideradas improcedentes e qual a motivação para que o Fisco efetuasse a glosa. Conforme resolução dos membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, o julgamento foi convertido em diligência à Secretaria da Receita Federal (SRF), para que a fiscalização esclarecesse os fatos e justificasse a glosa efetuada, cientificando a CAIXA do teor dessa manifestação e abrindo-lhe prazo adequado para que se pronunciasse a respeito. A Delegacia da Receita Federal em Brasília cientificou a CAIXA, em 21 de outubro de 1999, sobre o relatório de diligência, no qual o Fisco manteve os mesmos motivos alegados na autuação. A CAIXA encaminhou pronunciamento sobre o relatório de diligência fiscal ao Segundo Conselho de Contribuintes, que avaliou o processo em 7 de novembro de 2000. De acordo com a resolução dos membros do Conselho, o julgamento foi convertido em nova diligência à SRF. A CAIXA tomou ciência do Relatório de Diligência Fiscal em 26 de abril de 2001. Neste, o Fisco manteve os motivos alegados na autuação, mencionando que não caberia mais exame de identificação das contas glosadas. Em 28 de maio de 2001, a CAIXA encaminhou novo pronunciamento ao Segundo Conselho de Contribuintes, no qual o processo aguarda novo julgamento. Esgotadas as possibilidades na esfera administrativa, há, ainda, recursos na esfera judicial. Com base na opinião de seus consultores jurídicos e tributários, considerando as jurisprudências já divulgadas sobre a matéria, e em face das possibilidades de êxito vislumbradas, a Administração entende que a provisão constituída no valor de R\$ 591.808 (2003 - R\$ 567.789) é suficiente para cobrir eventuais decisões desfavoráveis em algumas partes do processo.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- (ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores que foram reposicionados para 31 de dezembro de 2004, conforme relatório do INSS, montam a R\$ 1.249.101 (2003 - R\$ 844.061).

É entendimento da CAIXA que os referidos pagamentos não estão sujeitos ao recolhimento da contribuição previdenciária, haja vista a sua característica indenizatória e as disposições legais aplicáveis, motivo pelo qual os débitos se encontram sob questionamento judicial.

De acordo com a opinião dos seus consultores jurídicos e tributários, a Administração, em face das possibilidades de êxito vislumbradas para os processos, definiu percentuais de provisão relativos a cada ação que estão segregados na rubrica “Provisão para contingências INSS” e somam R\$ 179.714 (2003 - R\$ 102.831).

- (iii) As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 31 de dezembro de 2004 corresponde ao montante de R\$ 187.256 (2003 - R\$ 163.414), totalmente provisionado.

b. Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela Instituição e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela Instituição.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

	2004	2003
Obrigações de operações com loterias	<u>291.828</u>	<u>218.904</u>
Obrigações por fundos e programas sociais	<u>1.176.361</u>	<u>1.154.797</u>
FGTS	345.575	302.847
Seguro-desemprego		2.355
FISANE	35.801	42.426
Bolsa-escola	73.870	154.681
Auxílio-gás	126.209	132.028
Bolsa-alimentação	29.147	50.463
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	355.388	272.281
Bolsa-família	125.111	150.934
Outros fundos e programas	85.260	46.782
Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento	<u>1.357.392</u>	<u>527.819</u>
PIS	1.259.656	526.583
Outros	<u>97.736</u>	<u>1.236</u>
	<u>2.825.581</u>	<u>1.901.520</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

c. Diversas

	2004	2003
Obrigações por contribuições ao SFH	17.088	72.302
Obrigações por convênios oficiais	27.107	83.564
Provisão para pagamentos a efetuar	<u>863.950</u>	<u>773.863</u>
Despesas de pessoal	726.287	606.600
Outras despesas administrativas	7.558	67.049
Outros pagamentos	130.105	100.214
Provisão para passivos contingentes	<u>2.325.105</u>	<u>2.125.689</u>
PREVHAB - Reservas técnicas (1)	324.808	299.740
Provisão para contingências (2)	2.000.297	1.825.949
Recursos do FGTS	1.701	1.924
Subscrições de capital a integralizar	1.309	1.309
Credores diversos - Exterior	-	881
Credores diversos - País	<u>3.803.880</u>	<u>2.809.184</u>
Cartões de crédito	635.988	488.613
Contas a pagar	700.431	497.121
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	970.087	737.869
UNIÃO	-	51.818
Créditos adquiridos	899.696	399.432
Valores a apropriar - Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 8 (b)(iv))	485.050	576.451
Outros credores diversos	<u>112.628</u>	<u>57.880</u>
	<u>7.040.140</u>	<u>5.868.716</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

(1) PREVHAB - Reservas técnicas

A CAIXA, por força da extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), determinada pelo Decreto nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, assumiu os empregados do extinto Banco, os quais tinham vinculação de Previdência Complementar com a Associação de Previdência dos Empregados do BNH (PREVHAB).

Em cumprimento ao referido Decreto, em setembro de 1997, foi deflagrado um processo de adesão voluntária dos associados ativos da PREVHAB à Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) e dos associados aposentados e pensionistas para um Plano de Benefícios Especial e Exclusivo no âmbito da SASSE - Cia. Nacional de Seguros Gerais S.A., atual CAIXA SEGUROS S.A.

Dos 4.758 associados ativos da PREVHAB, 4.571 (96%) firmaram termos de adesão e de cessão de direitos sobre reservas previdenciárias, formalmente aceitos pela CAIXA, na condição de patrocinadora, e pela FUNCEF, na condição de entidade fechada de previdência privada, observando-se o regime de direitos e obrigações, especificado em Instrumento Particular de Contrato de Assunção de Obrigações e Outras Avenças entre a CAIXA e a FUNCEF, com interveniência da PREVHAB. As reservas matemáticas da PREVHAB relativas aos associados ativos foram liquidadas em dezembro de 2002, por meio de cessão de títulos LFT.

Dos 2.772 associados aposentados e pensionistas da PREVHAB, 2.239 (80,77%) firmaram contrato de ingresso ao Plano de Benefícios Especial e Exclusivo da CAIXA SEGUROS, regido pelo Contrato de Instituição de Plano Especial de Benefícios, entre a CAIXA e a CAIXA SEGUROS, com interveniência da PREVHAB, e pelo Contrato para Administração de Carteira de Títulos e Valores Mobiliários, ambos firmados entre a CAIXA SEGUROS e a CAIXA, no valor de R\$ 625.689, referente às reservas matemáticas avaliadas e posicionadas em 1º de outubro de 1998, reposicionadas no valor de R\$ 784.655 em junho de 2002, incluindo-se as provisões para causas judiciais.

Em 1º de novembro de 2002 ocorreu o distrato entre a CAIXA e a CAIXA SEGUROS, relativo ao contrato de Instituição de Plano Especial de Benefícios, com a transferência para CAIXA da totalidade dos recursos garantidores do plano.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Em decorrência do cancelamento do referido contrato, foi transferida pela Seguradora à CAIXA a totalidade dos recursos garantidores do Plano de Benefícios Especial, e para evitar solução de continuidade no pagamento dos benefícios complementares aos participantes daquele Plano, foi autorizado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio do Ofício nº 2.099/SPC/CGAJ, de 13 de dezembro de 2002, em caráter excepcional, o pagamento dos benefícios, desde novembro de 2002, até que fossem implementadas as condições necessárias para que a FUNCEF pudesse administrar o(s) plano(s) a ser(em) instituído(s) para o referido grupo de participantes, quando se constitui provisão para fazer face aos pagamentos dos benefícios aos aposentados e pensionistas até a total adesão desses participantes a planos existentes ou a serem instituídos na FUNCEF.

A partir de 15 de abril de 2003, foi deflagrado o processo de transferência dos aposentados e pensionistas oriundos da PREVHAB para a FUNCEF, mediante adesão ao Plano de Benefícios - REB, e até a presente data já foram transferidos para aquela entidade 1.899 assistidos.

Os assistidos que ainda permanecem recebendo os seus proventos da CAIXA serão transferidos para um plano idêntico ao qual se encontravam vinculados, denominado Plano "Espelho", a ser instituído na FUNCEF.

(2) Passivos contingentes

A CAIXA possui na esfera passiva ações trabalhistas, cíveis, ações relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em razão de planos econômicos, ações diversas relacionadas a financiamento imobiliário, loterias, perdas e danos, ações fiscais, entre outras. Essas ações são avaliadas e revisadas periodicamente.

A Administração entende, com base em pareceres de seus advogados, levando em consideração que em geral os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, que tais processos não implicarão prejuízos relevantes, que excedam o saldo da provisão para essas contingências, de R\$ 2.000.297 (2003 - R\$ 1.825.949), suficiente para a cobertura de eventuais decisões judiciais desfavoráveis à CAIXA.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme Resolução do Conselho Diretor da CAIXA nº 726, de 4 de fevereiro de 2004, e Decreto nº 5.210, de 21 de setembro de 2004, o capital social integralizado foi alterado de R\$ 3.885.000 para R\$ 5.083.532, mediante incorporação de reservas estatutárias e de lucros acumulados.

b. Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 2.099/94 (Acordo da Basileia)

Conforme determinações da Resolução nº 2.099/94 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio líquido para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA possui em 31 de dezembro de 2004 R\$ 6.663.640, equivalente a 20,27% dos ativos ponderados, sendo o mínimo exigido, no Brasil, de 11%.

c. Reservas de reavaliação

Em dezembro de 2002, a CAIXA efetuou a reavaliação de 100% dos imóveis de uso, sendo a reavaliação executada por empresas de engenharia credenciadas, especializadas em avaliação de imóveis com o monitoramento e acompanhamento da execução dos serviços pelos profissionais do próprio quadro da CAIXA.

d. Reservas de lucros

A reserva de lucros é constituída por reserva legal no montante de R\$ 80.372 (2003 - R\$ 80.807), calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, e reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias, sendo apurado no exercício de 2004 o montante de R\$ 87.498 (2003 - R\$ 68.645).

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

e. Dividendos

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, de no mínimo, 25%. No exercício, findo em 31 de dezembro de 2004 foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 524.816 (2003 - R\$ 809.915), sendo R\$ 512.904 (2003 - R\$ 498.924) referentes a juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação *pro rata* dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que reduziu a despesa de imposto de renda e contribuição social em, aproximadamente, R\$ 174.387 no exercício (2003 - R\$ 169.634).

17 Remuneração de empregados e de administradores

Estão destacadas a seguir as remunerações pagas aos empregados e administradores, não deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/87 e a Lei nº 8.852/94.

Remuneração de dezembro de 2004	Administradores	Empregados
Maior	17.892,00	14.910,00
Média	17.892,00	3.817,31
Menor	17.892,00	664,00

18 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

a. Créditos tributários

A rubrica "Créditos tributários" possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/01;

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- Créditos de IR decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias; e
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999.

O crédito tributário constituído é de R\$ 4.782.575 (2003 - R\$ 5.070.975) para o IRPJ e de R\$ 1.138.507 (2003 - R\$ 1.219.386) para a CSLL, totalizando o montante de R\$ 5.921.082 (2003 - R\$ 6.290.361). Em razão de entendimento da Administração, decorrente dos estudos quanto à realização dos créditos tributários, foram constituídas provisões no valor de R\$ 4.255.189 (2003 - R\$ 4.585.467), resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R\$ 1.665.893 (2003 - R\$ 1.704.894).

Origem dos créditos tributários

	2004		2003	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	922.044		922.044	
Provisão SFH	645.333	232.319	645.333	232.319
Provisão para contingências	473.523	170.468	473.523	170.468
Outros	<u>446.566</u>	<u>107.500</u>	<u>446.566</u>	<u>107.500</u>
Subtotal das diferenças temporárias	2.487.466	510.287	2.487.466	510.287
Baixas até o período	(376.132)	(359.886)	(117.948)	(298.121)
Diferenças Temporárias - Crédito total	2.111.334	150.401	2.369.518	212.166
Prejuízo fiscal	2.890.572	-	2.890.572	-
Baixas até o período	(219.330)	-	(189.115)	-
Base negativa até 2000	-	512.595	-	512.595
Base negativa em 1998 - 18%	-	176.291	-	176.291
Diferenças temporárias 1998 - 18%	-	448.224	-	448.224
Baixas até o período	<u>-</u>	<u>(149.004)</u>	<u>-</u>	<u>(129.890)</u>
Total dos créditos tributários	<u>4.782.575</u>	<u>1.138.507</u>	<u>5.070.975</u>	<u>1.219.386</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Expectativa de realização dos créditos tributários

Valor contábil:

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	Subtotal	2010 a 2014	Total
IRPJ	43.515	61.216	94.021	124.465	190.783	514.000	879.392	1.393.392
CSLL	<u>26.631</u>	<u>37.464</u>	<u>57.541</u>	<u>76.173</u>	<u>74.692</u>	<u>272.501</u>	-	<u>272.501</u>
	<u>70.146</u>	<u>98.680</u>	<u>151.562</u>	<u>200.638</u>	<u>264.475</u>	<u>786.501</u>	<u>879.392</u>	<u>1.665.893</u>

Valor presente:

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	Subtotal	2010 a 2014	Total
IRPJ	39.876	51.942	74.558	92.243	141.593	400.212	651.528	1.051.740
CSLL	<u>24.404</u>	<u>31.788</u>	<u>45.629</u>	<u>56.453</u>	<u>55.356</u>	<u>213.630</u>	-	<u>213.630</u>
	<u>64.280</u>	<u>83.730</u>	<u>120.187</u>	<u>148.696</u>	<u>196.949</u>	<u>613.842</u>	<u>651.528</u>	<u>1.265.370</u>

O valor presente dos créditos foi calculado em atendimento à Circular nº 3.171/02, do BACEN, considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

Os estudos técnicos foram desenvolvidos a partir dos resultados projetados, observadas as metas e as regras estabelecidas para os produtos da Instituição, bem como as perspectivas de mercado e a avaliação de indicadores econômicos projetados em razão da tendência do cenário econômico para o País.

A Resolução CMN nº 3.059/02 estabelece que a parcela dos créditos tributários, cuja expectativa de realização seja superior a cinco anos, deve ser excluída para efeito de cálculo do nível I do Patrimônio de Referência (PR), utilizado como parâmetro para a definição dos limites operacionais das instituições financeiras, conforme cronograma definido pela própria Resolução. Em atendimento ao art. 1º daquela resolução, não foram constituídos créditos tributários, cujo montante é de R\$ 2.021.698 (2003 - R\$ 1.488.059).

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Demonstrativo de apuração do IRPJ e da CSLL

	2004		2003	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	1.742.415	1.742.415	2.245.479	2.245.479
Encargo total do IRPJ e da CSLL às alíquotas de 25% e 9%	(435.580)	(156.817)	(561.346)	(202.093)
Efeitos tributários das adições e exclusões	159.563	56.287	45.442	11.227
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(174.614)	(62.861)	(111.413)	(63.104)
Provisão do SFH	5.087	1.831	(565.729)	(203.663)
Provisão para contingências	(89.758)	(32.313)	(147.586)	(53.131)
Despesas/receitas do FGTS	396.353	142.687	318.538	114.674
Provisão - Passivo com a FUNCEF	-	-	571.443	205.719
Outras	22.495	6.943	(19.811)	10.732
Juros sobre o capital próprio	128.226	46.161	124.731	44.903
Participação dos empregados nos lucros	46.909	16.887	37.477	13.492
Ativo fiscal diferido	30.216	19.116	106.116	67.561
Incentivo fiscal	3.385	-	6.741	-
Outros valores	-	-	-	-
Despesa total de IRPJ e da CSLL	<u>(67.281)</u>	<u>(18.366)</u>	<u>(240.839)</u>	<u>(64.910)</u>

c. Movimentação do crédito tributário

	Valor bruto	Provisão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2003	6.290.361	(4.585.467)	1.704.894
Realização do crédito tributário	(41.461)	-	(41.461)
Baixa de crédito tributário - Ano de 2002 MP nº 2.158-35/01	(7.871)	-	(7.871)
Reversão	<u>(319.947)</u>	<u>330.278</u>	<u>10.331</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2004	<u>5.921.082</u>	<u>(4.255.189)</u>	<u>1.665.893</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

19 Outras informações

a. Receitas de prestação de serviços

	<u>2º semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2004	2004	2003
Administração do FGTS	791.823	1.354.159	1.361.562
Administração do FCVS	65.132	128.652	142.796
Administração do PIS	44.062	67.889	91.981
Administração das loterias	211.374	414.349	360.857
FGTS - Tarifas de arrecadação e pagamento	100.974	214.883	249.137
Seguro-desemprego	14.930	30.940	110.942
Cadastro social	4.705	7.453	120.122
Orçamento Geral da União (OGU)	16.344	30.356	36.342
Bolsa-família	96.668	168.985	-
INSS - Tarifas de arrecadação, pagamento e GFIP	34.825	66.640	65.272
Administração de fundos de investimentos	193.596	347.904	261.140
Tarifas de convênios	352.530	659.933	605.003
Serviços de compensação e outros papéis	50.338	100.620	112.511
Tarifas sobre manutenção de conta-corrente	132.864	251.314	200.215
Cobrança de títulos	110.726	219.931	205.037
EMGEA - Administração de contratos	156.939	304.683	348.890
Outros serviços	<u>157.661</u>	<u>279.582</u>	<u>322.135</u>
	<u>2.535.491</u>	<u>4.648.273</u>	<u>4.593.942</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Despesas com pessoal e administrativas

	<u>2º semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2004	2004	2003
Despesas com pessoal			
Proventos	(1.662.567)	(3.045.107)	(2.589.959)
Benefícios	(337.614)	(636.574)	(462.162)
Encargos sociais:			
FGTS	(115.264)	(219.395)	(192.597)
Previdência social	(331.834)	(628.160)	(552.493)
Previdência complementar	(59.551)	(115.209)	(115.274)
Outros	(50.890)	(95.129)	(117.715)
	<u>(2.557.720)</u>	<u>(4.739.574)</u>	<u>(4.030.200)</u>
Despesas administrativas			
Comunicações	(171.043)	(331.397)	(340.624)
Manutenção e conservação de bens	(150.497)	(285.672)	(236.159)
Água e energia	(65.985)	(134.400)	(106.983)
Aluguéis	(194.052)	(372.151)	(289.741)
Despesas de material	(69.171)	(134.325)	(141.403)
Processamento de dados	(658.637)	(1.184.663)	(952.812)
Promoções e relações públicas	(40.693)	(57.489)	(30.867)
Propaganda e publicidade	(130.825)	(163.831)	(76.288)
Serviços do sistema financeiro	(83.029)	(172.795)	(156.048)
Serviços de terceiros	(148.242)	(276.094)	(240.386)
Serviços especializados	(62.958)	(111.602)	(377.187)
Serviços de vigilância e segurança	(88.809)	(169.814)	(144.567)
Depreciação e amortização	(216.355)	(437.636)	(481.303)
Outras administrativas	(63.826)	(117.332)	(108.748)
	<u>(2.144.122)</u>	<u>(3.949.201)</u>	<u>(3.683.116)</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

c. Composição das contas “Outras receitas/despesas operacionais”

	2º semestre	Exercícios	
	2004	2004	2003
Outras receitas operacionais			
Comissões e taxas sobre operações	147.891	429.630	728.101
Recuperação de despesas	107.366	192.545	173.127
Créditos com a União	-	-	30.144
Juros e CM sobre tarifas do INSS	-	-	88.595
Reversão de outras provisões operacionais	266.482	332.901	1.151.264
Rendas de outros créditos - COMPESA (nota explicativa nº 8(b)(i))	13.803	28.597	32.484
Rendas de outros créditos - EMBASA (nota explicativa nº 8(b)(ii))	15.911	29.898	34.832
Receitas de cartões de crédito	65.188	129.888	109.580
Receitas de dividendos	18.743	72.021	109.690
Rendas em fornecimento de arquivo magnético	-	-	51.260
Outras receitas operacionais	<u>190.155</u>	<u>273.438</u>	<u>252.843</u>
	<u>825.539</u>	<u>1.488.918</u>	<u>2.761.920</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

	<u>2º semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2004	2004	2003
Outras despesas operacionais			
Despesas com reservas atuariais - FUNCEF/PREVHAB	(19.296)	(35.949)	(456.676)
Despesas com FCVS a receber - Resíduos (Nota Explicativa nº 6(a))	(66.014)	(317.849)	(2.352.386)
Despesas sobre obrigações com fundos e programas	(89.124)	(157.452)	(191.103)
Remuneração de revendedor lotérico	(144.474)	(262.314)	(241.269)
Provisão para contingências	(472.556)	(711.729)	(875.773)
EMGEA/UNIÃO	(33.177)	(125.617)	(253.028)
Despesas com revendedor lotérico	(121.205)	(243.720)	(217.753)
Despesas com banco 24 horas	(45.874)	(87.932)	(86.811)
Despesas com cartão de crédito	(93.097)	(160.982)	(162.538)
Despesas de serviços automatizados	(54.029)	(114.039)	(89.981)
Prejuízos com saque eletrônico fraudulento	(65.716)	(106.884)	(28.370)
Prejuízos na adjudicação de imóveis financiados	(30.793)	(137.687)	(19.122)
Despesas imobiliárias	(116.908)	(127.312)	(3.623)
Descontos de operações de crédito	(104.957)	(298.670)	(1.972)
Correspondente bancário	(42.172)	(72.851)	(47.395)
Outras despesas operacionais	<u>(192.515)</u>	<u>(285.069)</u>	<u>(356.079)</u>
	<u>(1.691.907)</u>	<u>(3.246.056)</u>	<u>(5.383.879)</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

d. Administração de entidades sociais

Segue relação dos patrimônios dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	2004	2003
PIS	21.021.995	19.181.060
FGTS	16.838.110	13.869.901
FAR	2.779.662	2.353.268
FDS	473.723	546.865
FAS	364.673	366.944
PCE	263.055	272.720
FGS	41.664	-
FIEL	<u>29.698</u>	<u>32.066</u>
	<u>41.812.580</u>	<u>36.622.824</u>
FCVS (i)	<u>(69.995.871)</u>	<u>(74.483.253)</u>

(i) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

e. Benefícios a empregados

i. Plano de benefícios - Previdência privada

A CAIXA é patrocinadora da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que tem por objetivo a administração de planos de benefícios de natureza previdenciária, nas condições previstas nos regulamentos próprios, havendo atualmente planos de benefício definido e de contribuição definida.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Para a consecução dos objetivos da FUNCEF e em complementação às contribuições dos participantes, a CAIXA efetua contribuições de acordo com o percentual determinado segundo fórmulas atuariais, sendo o montante desembolsado no exercício de 2004 de R\$ 115.209 (2003 - R\$ 115.274). O plano de custeio da entidade enquadra-se como benefício definido para 42.448 associados, enquanto para 6.311 enquadra-se como contribuição definida.

A CAIXA, na condição de patrocinadora, submeteu à apreciação do Ministério da Fazenda e obteve aprovação, bem como manifestação favorável do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), da alteração do Regulamento do Plano de Benefício da FUNCEF para: (i) adequação parcial das disposições das Leis Complementares n°s 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001; (ii) incorporação de novas condições de custeio do Plano pelos participantes e pela patrocinadora; e (iii) estabelecimento de critérios de migração dos participantes dos planos de benefícios REPLAN/REB para a nova versão do plano REB de contribuição definida. Para fazer face à implementação do processo de migração, a CAIXA constituiu provisão no valor de R\$ 75.897 (2003 - R\$ 81.414).

O valor presente das obrigações atuariais está coberto pelo patrimônio dos planos.

ii. Plano de saúde - SAÚDE CAIXA

Em 1º de agosto de 2002, entrou em vigor o Saúde CAIXA - um programa de saúde instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos beneficiários inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, à CAIXA SEGUROS, ao Fundo PMPP ao INSS.

Como resultado de amplas discussões entre a CAIXA, as associações de aposentados e representantes dos empregados foram implementadas em julho de 2004, diversas mudanças no programa Saúde CAIXA.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

As alterações contemplam vários aspectos do benefício e visam a promover uma aproximação entre os usuários e a empresa por meio da criação do conselho de usuários, que acompanhará o desempenho do programa, garantindo mais transparência à gestão do Saúde CAIXA.

Desse modo, a CAIXA participa com 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de 3,5% sobre a despesa com folha de pagamento de pessoal. E o beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% de sua remuneração-base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao resseguro.

f. Resultado não operacional

Refere-se, principalmente, ao resultado das transações com bens não de uso próprio.

g. Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 64.900 (2003 - R\$ 65.312), referente aos imóveis patrimoniais penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

h. Participação dos empregados nos lucros

Foi destacado para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o montante de R\$ 187.634 (2003 - R\$ 149.909), com pagamento de 60% efetivado em 2004.

i. FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

20 Evento subsequente

Em 28 de dezembro de 2004, a CAIXA e o Banco BMG S.A. assinaram contrato que prevê a compra do fluxo financeiro de 49.625 contratos, cujo valor nominal das parcelas atinge R\$ 397.755, tendo R\$ 302.116 como valor presente de cessão. Com isso, a CAIXA investe-se na qualidade de única e legítima titular dos créditos cedidos e dos direitos acessórios a eles correspondentes, a partir da liquidação financeira que ocorrerá em janeiro de 2005.

21 Partes relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

Operações/entidades	2004		2003	
	Ativo/ passivo	Receitas/ despesas	Ativo/ passivo	Receitas/ despesas
Juros sobre capital próprio e dividendos				
Caixa Seguros	69.914	21.370	34.576	31.328
Tarifas a receber				
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	254.893	245.778	185.400	159.444
PIS	4.499	67.889	4.923	91.982
PCE	1.745	3.416	3.888	6.848
FIEL	2.430	413	2.018	452
FGTS	140.218	1.141.411	127.795	1.188.934
FCVS	27.601	128.653	6.299	143.246
FAS	79	877	67	696
FAR	4.918	49.595	2.964	26.766
FDS	-	11.644	-	10.074
EMGEA	27.611	304.684	28.444	348.891
CAIXA SEGUROS	-	8.289	-	8.321

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Operações/entidades	2004		2003	
	Ativo/ passivo	Receitas/ despesas	Ativo/ passivo	Receitas/ despesas
Depósitos de fundos e programas com remuneração				
SH	(1.063)	(273)	(6.217)	(650)
PIS	(90.629)	(127.186)	(107.639)	(53.689)
PCE	(2.095)	(281)	(14)	(9)
FIEL	(36.566)	(2.739)	(33.733)	(3.369)
FGTS	(2.902.161)	(352.470)	(2.516.813)	(501.484)
FGS	(37.065)	(2.192)	(176)	(450)
FCVS	(688)	(169)	(29)	(108)
FAS	(345.949)	(6.149)	(334.998)	(14.791)
FAR	(10.460)	(4.030)	(22.176)	(5.691)
Obrigações por repasses - Instituições oficiais				
FGTS	(10.393.829)	(393.297)	(7.713.991)	(361.934)
Recursos com destinação específica				
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(649.869)	(91.093)	(511.550)	(68.545)
PIS	(1.184.419)	-	(500.442)	-
Credores diversos - País				
EMGEA	(270.201)	-	(249.810)	48.932

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

22 Demonstração do fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada com base no método indireto e de acordo com as definições do COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, cujo objetivo é transparecer e informar os usuários das demonstrações contábeis.

Atividades operacionais	2º semestre	Exercícios	
	2004	2004	2003
Lucro líquido	796.057	1.419.802	1.616.145
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	167.863	505.877	1.262.044
Depreciações e amortizações	216.354	437.636	481.302
Resultado de participações em coligadas e controladas	(22.920)	(71.372)	(64.610)
Variação de ativos e obrigações:			
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	8.830.531	681.176	1.666.303
Redução (aumento) em tvn e instrumentos financeiros derivativos	5.983.167	4.692.082	(20.158.474)
Redução (aumento) em relações interfinanceiras	6.007.777	4.772.318	(624.887)
Redução (aumento) em relações interdependências	244.645	13.943	7.285
Redução (aumento) em operações de crédito	(2.142.305)	(3.687.393)	(2.533.618)
Redução (aumento) em outros créditos	(472.232)	(1.182.408)	(629.475)
Redução (aumento) em outros valores e bens	(17.667)	6.199	15.473
Baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(167.863)	(505.877)	(946.021)
Aumento (redução) em outras obrigações	(110.094)	2.246.787	(2.909.058)
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais	18.517.256	7.908.968	(24.433.736)
Atividades de investimentos			
Aumento (redução) em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(1.671.036)	(2.513.197)	(611.245)
Alienação de investimentos	328	9.856	757
Alienação de imobilizado de uso	-	160.683	133.215
Aquisição de investimentos	-	(9.663)	(289)
Aquisição de imobilizado de uso	(430.100)	(443.309)	(303.861)
Redução do diferido	-	20.003	6
Aplicação no diferido	(42.284)	(85.154)	(156.824)
Juros sobre o capital próprio/dividendos recebidos - Coligadas	-	20.155	41.039

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	2º semestre	Exercícios	
	2004	2004	2003
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades de investimentos	(2.143.092)	(2.840.626)	(897.202)
Atividades de financiamentos			
Aumento (redução) em depósitos	7.934.637	10.748.347	4.418.041
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	(25.548.525)	(20.065.626)	15.179.545
Aumento (redução) em recursos por emissão de títulos	(614.440)	803.865	1.842.129
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	(71.347)	(112.909)	(12.130)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	1.513.108	2.802.334	2.737.524
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores			(64.183)
Dividendos	(11.912)	(11.912)	(310.991)
Juros sobre o capital próprio pagos e/ou provisionados	(255.055)	(512.904)	(498.924)
Ajuste ao valor de mercado	(24.666)	(3.994)	391.272
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades de financiamentos	<u>(17.078.200)</u>	<u>(6.352.799)</u>	<u>23.682.283</u>
Aumento (redução) em disponibilidades, líquida	<u>92.021</u>	<u>135.345</u>	<u>(32.510)</u>
Modificações em disponibilidades, líquida			
Início do período	608.536	565.212	597.722
Fim do período	<u>700.557</u>	<u>700.557</u>	<u>565.212</u>
Aumento (redução) das disponibilidades	<u>92.021</u>	<u>135.345</u>	<u>(32.510)</u>

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Jorge Eduardo Levi Mattoso
Presidente

Aser Cortines Peixoto Filho
Vice-presidente

Clarice Coppetti
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Fernando Nogueira da Costa
Vice-presidente

Francisco Egídio Pelúcio Martins
Vice-presidente

João Aldemir Dornelles
Vice-presidente

João Carlos Garcia
Vice-presidente

Paulo Roberto Paixão Bretas
Vice-presidente

Telmo Marques Costa
Superintendente Nacional de Contadoria
Contador CRC-CE-5.031/O-4 T-DF